

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB  
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT  
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD  
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV  
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

## SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – 10ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 2ª Legislatura
  - 2.2 – 39ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
  - 2.3 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
  - 3.1 – Comissão
- 4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.314

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Contagem a área que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Contagem a área de 20.424m<sup>2</sup> (vinte mil quatrocentos e vinte e quatro metros quadrados), conforme descrição no Anexo I desta lei, a ser desmembrada do imóvel com área de 25.659m<sup>2</sup> (vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e nove metros quadrados), conforme descrição no Anexo II desta lei, situado no lugar denominado Água Branca, naquele município, e registrado sob o nº 3.645, a fls. 248 do Livro 3-C, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Contagem.

Parágrafo único – A área objeto da doação a que se refere o *caput* destina-se à prestação municipal de serviços de saúde, educação, esporte e lazer.

Art. 2º – A área objeto da doação de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do doador se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 1º de junho de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

## ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Lei nº ....., de .... de .... de 2023)

Área a ser desmembrada e doada ao Município de Contagem: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N: 7.795.661,7036m e E: 600.177,7592m; deste, segue confrontando com a Rua Portugal, com azimute de 209°40'21" e distância de 191,86m, até o vértice V2, de coordenadas N: 7.795.495,0024m e E: 600.082,7810m; deste, segue confrontando com a Rua Senegal, com azimute de 299°10'08" e distância de 80,05m, até o vértice V3, de coordenadas N: 7.795.534,0187m e E: 600.012,8806m; deste, segue confrontando com a Rua Senegal, com azimute de 355°11'51" e distância de 11,84m, até o vértice V19, de coordenadas N: 7.795.545,8130m e E: 600.011,8897m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 29°17'59" e distância de 19,16m, até o vértice V18, de coordenadas N: 7.795.562,5181m e E: 600.021,2641m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 75°02'35" e distância de 1,84m, até o vértice V17, de coordenadas N: 7.795.562,9938m e E: 600.023,0448m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 29°38'42" e distância de 7,62 m, até o vértice V16, de coordenadas N: 7.795.569,6188m e E: 600.026,8152m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 342°04'58" e distância de 1,91m, até o vértice V15, de coordenadas N: 7.795.571,4368m e E: 600.026,2274m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 29°20'28" e distância de 5,47m, até o vértice V14, de coordenadas N: 7.795.576,2038m e E: 600.028,9070m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 72°28'53" e distância de 1,21m, até o vértice V13, de coordenadas N: 7.795.576,5693m e E: 600.030,0649m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 119°12'34" e distância de 9,24m, até o vértice V12, de coordenadas N: 7.795.572,0624m e E: 600.038,1259m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 71°43'04" e distância de 14,49m, até o vértice V11, de coordenadas N: 7.795.576,6066m e E: 600.051,8807m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 26°48'17" e distância de 38,67m, até o vértice V10, de coordenadas N: 7.795.611,1191m e E: 600.069,3177m; deste, segue confrontando com Área do Aips, com azimute de 296°45'02" e distância de 64,65m, até o vértice V8, de coordenadas N: 7.795.640,2201m e E: 600.011,5841m; deste, segue confrontando com a Rua Bélgica, com azimute de 29°05'46" e distância de 99,68m, até o vértice V9, de coordenadas N: 7.795.727,3228m e E: 600.060,0571m; deste, segue confrontando com Lote 1 da Quadra 40, Bairro da Glória, com azimute de 119°08'23" e distância de 134,76m, até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro, somando uma área total de 20.424m<sup>2</sup>. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central nº 45°00', fuso 23S, tendo como *datum* o Sirgas 2000. Todos os azimutes, distâncias e área foram calculados no plano de projeção UTM.

## ANEXO II

(a que se refere o art. 1º da Lei nº ....., de .... de .... de 2023)

Descrição georreferenciada da área de propriedade do Estado de Minas Gerais: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N: 7.795.661,7036m e E: 600.177,7592m; deste, segue confrontando com a Rua Portugal, com azimute de 209°40'21" e distância de 191,86m, até o vértice V2, de coordenadas N: 7.795.495,0024m e E: 600.082,7810m; deste, segue confrontando com a Rua Senegal, com azimute de 299°10'08" e distância de 127,85m, até o vértice V4, de coordenadas N: 7.795.557,3150m e E: 599.971,1436m; deste, segue confrontando com a Rua Senegal, com azimute de 310°44'37" e distância de 2,46m, até o vértice V5, de coordenadas N: 7.795.558,9218m e E: 599.969,2784m; deste, segue confrontando com a Rua Senegal, com azimute de 332°11'51" e distância de 2,23m, até o vértice V6, de coordenadas N: 7.795.560,8930m e E: 599.968,2390m; deste, segue confrontando com a Rua Senegal, com azimute de 7°50'30" e distância de 1,93m, até o vértice V7, de coordenadas N: 7.795.562,8026m e E: 599.968,5020m; deste, segue confrontando com a Rua Bélgica, com azimute de 29°05'44" e distância de 188,28m, até o vértice V9, de coordenadas N: 7.795.727,3232m e E: 600.060,0563m; deste, segue confrontando com o Lote1 da

Quadra 40, Bairro da Glória, com azimute de 119°08'23" e distância de 134,76m, até o vértice V1, ponto inicial da descrição deste perímetro, somando uma área total de 25.659m<sup>2</sup>. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central n° 45°00', fuso 23S, tendo como *datum* o Sirgas 2000. Todos os azimutes, distâncias e área foram calculados no plano de projeção UTM.

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.315

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vespasiano o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Vespasiano o imóvel com área de 2.485m<sup>2</sup> (dois mil quatrocentos e oitenta e cinco metros quadrados), situado no local denominado Morro Alto, naquele município, e registrado sob o nº 12.869, a fls. 153 do Livro 2-BF, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lagoa Santa.

Parágrafo único – O imóvel a que se refere o *caput* destina-se ao funcionamento de uma creche.

Art. 2º – O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do doador se, findo o prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 1º de junho de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 25.316

Extingue e cria cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e gratificações temporárias estratégicas no âmbito do Poder Executivo do Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e gratificações temporárias estratégicas da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam –, de que trata o item V.23 do Anexo V da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, considerados os remanejamentos e alterações efetuados nos termos de seus arts. 14 e 24:

I – cargo em comissão da administração superior: um cargo de Vice-Presidente;

II – cargos de provimento em comissão do grupo de direção e assessoramento – DAI:

a) três DAI-6;

b) vinte e sete DAI-12;

c) quarenta e um DAI-22;

d) onze DAI-23;

e) dezessete DAI-27;

f) um DAI-29;

g) dois DAI-34;

III – funções gratificadas:

- a) duas FGI-3;
- b) três FGI-7;
- c) três FGI-9;

IV – gratificações temporárias estratégicas:

- a) oito GTEI-2;
- b) dez GTEI-3;
- c) seis GTEI-4;
- d) uma GTEI-5.

Art. 2º – Ficam criadas, na Fucam, 87,77 unidades de DAI-unitário e 10 unidades de GTEI-unitário, no item V.23 do Anexo V da Lei Delegada nº 175, de 2007.

Art. 3º – Ficam criadas 453,07 unidades de DAD-unitário, na Secretaria de Estado de Governo – Segov –, referentes aos cargos de provimento em comissão de que trata a Lei Delegada nº 174, de 26 de janeiro de 2007.

Art. 4º – Decreto do Poder Executivo promoverá a adequação nos quantitativos de DADs-unitários da Segov e de DAIs-unitários e GTEIs-unitários da Fucam decorrente das alterações efetuadas por esta lei.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 1º de junho de 2023.

Deputado Tadeu Martins Leite – Presidente

Deputado Antonio Carlos Arantes – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário



ATAS

## ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/5/2023

### Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite, da Deputada Leninha e do Deputado Bosco

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Chamada para recomposição de quórum; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos – Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos deputados Cassio Soares e Ulysses Gomes; aprovação – Questão de Ordem – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 359/2023; encerramento da discussão; discurso do deputado Coronel Sandro; Questão de Ordem; discursos do deputado Doutor Jean Freire e a da deputada Beatriz Cerqueira; Questão de Ordem; discursos dos deputados Leleco Pimentel, Cristiano Silveira e Ricardo Campos e das deputadas Ana Paula Siqueira e Chiara Biondini; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Registro de Presença – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.258/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.714/2021; encerramento da discussão; discurso do deputado Coronel Sandro; votação nominal do Substitutivo nº 1; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.974/2021; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Declarações de Voto – Questão de Ordem; Homenagem Póstuma – Declarações de Voto – Encerramento.

### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Carlos Henrique – Cassio Soares – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegada Sheila – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Marli Ribeiro – Mauro Tramonte – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vítório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

### Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 10h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### Ata

– O deputado Rafael Martins, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Solicito ao secretário que proceda à chamada dos deputados para recomposição de quórum.

O secretário (deputado Antonio Carlos Arantes) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 53 deputados. Portanto há quórum para a continuação dos trabalhos.

### Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Cassio Soares em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 359/2023 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 2.974/2021 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

### Questão de Ordem

O deputado Arlen Santiago – Eu gostaria de saber quando o senhor poderá ler o requerimento que eu entreguei hoje, aqui, para que seja encaminhada uma nota de repúdio desta Assembleia ao chanceler Mauro, ao presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco, e ao Arthur Lira, pela agressão sofrida por uma mulher jornalista da Rede Globo, Delis Ortiz. Segundo a descrição do jornal O Tempo, ela tomou um soco dos seguranças do ditador Maduro, que, infelizmente, está aqui, em nosso país, sendo tratado como um chefe de

Estado. Eu entrei com esse requerimento para que esta Assembleia possa fazer uma nota de repúdio, porque um venezuelano agredir uma jornalista consagrada, uma mulher aqui, em solo brasileiro, é inaceitável. Gostaria que isso fosse colocado o mais rápido possível para que os brasileiros saibam que aqui, em Minas Gerais, nós não queremos aceitar, primeiro, ditadores com a cabeça a prêmio no mundo virem até o nosso país e, além disso, baterem em mulheres. Eu sei que o presidente Lula falou: “Gente, quando for bater em mulher, não bata aqui, em nosso país, bata em outro lugar”. Mas aí os venezuelanos vieram para cá, para o nosso país, para baterem nas mulheres. Que seja encaminhado à Rede Globo e à Delis Ortiz a nota de repúdio do povo mineiro. Eu gostaria que esse requerimento fosse colocado em pauta o mais rápido possível. Obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Arlen Santiago. Só gostaria de esclarecer a V. Exa. que os requerimentos são recebidos por esta Mesa em reuniões ordinárias. Então, na parte da tarde, em nossa reunião ordinária, nós receberemos o requerimento de V. Exa.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 359/2023, do governador do Estado, que transfere as competências da Fundação Educacional Caio Martins – Fucam – e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro – Bom dia, Srs. Deputados. Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero corroborar aqui a fala do deputado Arlen Santiago e prestar a minha solidariedade à jornalista Delis Ortiz, que foi covardemente agredida com uma porrada no peito. Foi isso que aconteceu. Como dizem, vindo da esquerda, do Maduro, do ditador amado pelo presidente, é uma porrada de amor. Eu estou sentindo falta das mulheres feministas aqui. Cadê o “mexeu comigo, mexeu com todas?” Cadê? Ninguém vai falar “mexeu comigo, mexeu com todas” ou a porrada só vale quando vocês acreditam que foi injusta? Porrada é porrada, agressão é agressão! Não existe país livre sem imprensa livre. Esse ditador tinha que estar preso. Parabéns, viu, deputado Arlen Santiago?

Sr. Presidente, vou ser breve para mencionar aqui a razão de eu ter vindo a esta tribuna para falar do projeto que envolve a Fucam, Fundação Caio Martins. Eu poderia até acreditar que os comunistas que tomaram esta tribuna aqui, ontem, na defesa da Fundação Caio Martins, estavam sendo sinceros se pelo menos tivessem mencionado quem foi Caio Martins; se pelo menos tivessem mencionado aqui quem criou a Fundação Caio Martins. Mas, não! Sequer isso aqui foi dito. Na verdade, eu acredito que, quando os comunistas vieram aqui, a pretexto de defender a Fundação Caio Martins, era para se oporem a uma vontade do governo Zema. Não que o governo esteja certo, porque eu também não concordei com o que estava sendo feito com a Fundação Caio Martins, mas acredito que, primeiro, nem quem foi Caio Martins e nem quem foi o criador da Fundação Caio Martins foi citado aqui, sabem por quê? Porque não são pessoas que usam coque vegano, há 40 anos moram com o pai no apartamento, são criadores de samambaia e ficam na rede social matando Hitler e fascista a twitada. Se fosse alguém desse tipo, com certeza, estaria sendo enaltecido aqui. Mas não foi.

Sabem por que eles não falaram do Caio Martins? Porque o Caio Martins foi um garoto que usava uniforme, e eles têm pavor de uniformes, porque isso se reporta a militares, que eles odeiam. Mas não custava nada os defensores da Fundação Caio Martins falarem que aquele rapaz, em 1938, aos 15 anos de idade, morreu em um acidente de trem para salvar outras pessoas. Ninguém mencionou, ninguém fala quem foi Caio Martins e, para piorar, não falam quem foi o criador da Fundação Caio Martins, sabe por quê, Sr. Presidente? Porque ele envergou em vida o uniforme da Polícia Militar de Minas Gerais. O Cel. Manoel José de Almeida também foi deputado estadual nesta Casa e, por cinco vezes, deputado federal. Mas, quando se usa a farda, para esse pessoal, não vale nada.

E hoje eu estou aqui, na tribuna, para corrigir essa falha em relação às memórias do garoto Caio Martins e do Cel. Manoel José de Almeida, o grande fundador, criador da Fundação Caio Martins. Esse homem, queiram vocês ou não, usava uma farda da Polícia Militar de Minas Gerais, a mesma Polícia Militar de Minas Gerais que protege, nesta Casa, uma deputada, segundo ela,

ameaçada; a mesma Polícia Militar de Minas Gerais que oferece aos povos, principalmente ao povo de Minas Gerais, segurança como a melhor polícia do Brasil. Por isso Minas Gerais é o melhor Estado do Brasil para se viver. É essa mesma Polícia Militar que, em detrimento de outra classe, ainda não teve aqui o reconhecimento do seu valor para que seja contemplada com a remuneração adequada, com a recomposição dos seus salários defasados em 35%, enquanto outras categorias têm.

Então, Sr. Presidente, é muito injusto termos passado aqui ontem, o dia inteiro, em que dois temas permearam os debates – um sobre a Fundação Caio Martins – a que sequer tenham feito alguma menção, principalmente, ao seu criador. Vou repetir: podem ter até urticária, mas quem criou a Fundação Caio Martins foi um coronel da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que usava a mesma farda que usei 30 anos depois. O período áureo da fundação aconteceu quando ele estava na direção da instituição. Isso ninguém apaga.

Então eu até poderia acreditar que a defesa da Fucam aqui foi sincera, mas não acredito. Não acredito porque não interessa a essa turma de comunista fazer o bem para a educação, não. Eles querem é se opor ao governo.

Senhor presidente, o barulho aqui está me atrapalhando. Não é o da Mesa, não. Pediria que o senhor parasse o meu tempo.

O presidente – Coronel, o senhor está com a palavra. Fique à vontade.

O deputado Coronel Sandro – Muito obrigado, Sr. Presidente. Isso é democracia, mas tem gente aqui que não aceita democracia. Quando os outros estão falando o que eles não querem ouvir, começam a resmungar, a fazer zunzum como se isso fosse impedir um processo que está acontecendo aqui. Venham aqui e me digam por que o nome do Cel. Manoel José de Almeida não foi realçado aqui, me digam! É por que ele não usa coque? É por que ele não é criador de samambaia? É por que ele não mata fascista na twittada, na rede? Ou por que ele não tinha 40 anos e vivia às custas do pai, sem trabalhar? É porque ele usava farda, não é? E essa farda incomoda, não é isso? Tenho o maior orgulho de vir aqui e falar que usei essa farda por 30 anos e contribuí, diferentemente de muitos que passaram a vida inteira balançando bandeira no meio da rua, sem oferecer nada, nada de concreto ao povo de Minas Gerais.

Então, Sr. Presidente, realço, mais uma vez, o heroísmo do jovem Caio Martins, que, inclusive, depois do acidente de trem, juntou-se aos seus amigos escoteiros – por isso usava uniforme – e foi salvar as pessoas que estavam feridas. Ele, mesmo ferido, e, como não tinha maca para todo o mundo para conduzir os enfermos e os feridos ao hospital, em Barbacena, disse: “Vou andando, escoteiro vai andando”. Ele morreu alguns dias depois, em decorrência dos ferimentos, mas o seu heroísmo não se apaga, e é por isso que o coronel deu o nome dele à fundação. É esse coronel que fez muito pela educação de Minas Gerais com a criação da Fundação Caio Martins.

Então, queiram ou não, quem criou a Fundação Caio Martins foi o Cel. Manoel José de Almeida, e a contribuição dele não se apaga, mesmo que não tenha sido dito aqui, no dia de ontem, como eu esperava que fosse realçada sua participação muito importante e sem, também, deixar de realçar o fato de ele ter tido seis mandatos de deputado – um estadual nesta Casa e cinco federais.

Fica aqui o meu reconhecimento a esses dois heróis da educação de Minas Gerais – Caio Martins e Cel. Manoel José de Almeida, coronel da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

### Questão de Ordem

A deputada Lohanna – Presidente, bom dia. Bom dia a todos os colegas desta Casa. Estou falando aqui como vice-líder da bancada feminina, falando como mulher e como cidadão mineira sobre os homens que nos usam enquanto instrumentos narrativos e fecham os olhos para o que realmente está acontecendo no nosso Estado. Sabe por quê, gente? Não vi esta Casa propor nota de repúdio quando o então presidente Bolsonaro falou que pintou um clima com uma adolescente de 14 anos. Ou alguém aqui apoia a pedofilia? Não vi nenhum deputado homem desta Casa propor nota de repúdio quando o presidente Bolsonaro falou que uma

jornalista deu o furo com um tom sexual para poder acusá-la de fazer o seu trabalho. Não vi nenhum homem desta Casa falar do presidente Bolsonaro quando ele fez piada com estupro. Então vocês precisam parar de utilizar os corpos femininos, que agora são 15 nesta Casa e serão mais na próxima legislatura, os corpos femininos como instrumento narrativo. A gente não tolera e não aceita esse tipo de coisa, porque, se algum de vocês se preocupasse minimamente com a nossa vida ou com a nossa segurança ou com a nossa existência, primeiro, vocês nos respeitariam neste plenário, vários acontecimentos aqui já mostraram que muitos não respeitam; segundo, vocês teriam se levantado sobre esses pontos que citei. Então, por favor, mastiguem as línguas de vocês antes de utilizar a mulher como ferramenta narrativa. Sabe por quê? Porque não somos instrumentos da narrativa de ódio de vocês. Nós ocupamos espaço, estamos ganhando poder, e esse processo não vai mudar. Tolerem! Aguentem e parem de nos usar! Obrigada, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Doutor Jean Freire.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, muito bom dia! Bom dia, colegas deputadas e deputados, público presente que nos assiste aqui e pela TV Assembleia, pelas redes sociais.

Sr. Presidente, depois gostaria que o pessoal da consultoria, da assessoria dissesse-nos quantos decibéis são aceitáveis falar aqui, qual é a altura da voz que se aceita aqui, porque, se a gente, que está falando tão baixo, aí, nas nossas cadeiras, deputado Cristino, incomodamos quem está aqui gritando. Imagine, não só a fala, mas o discurso que se faz nos incomoda aí embaixo.

Então, quando se grita aqui achando que vai mandar, achando que a tonalidade e a altura da voz vão mudar a nossa maneira de pensar, isso não funciona. Lá de casa, as pessoas que estão assistindo à TV Assembleia têm a possibilidade – e muitos devem fazê-lo – de abaixar o tom, o som da televisão. Devem falar: “Eu não mereço ouvir isso, eu não quero ouvir isso”. Ou desligá-la, porque alguns, deputado Cristiano, não merecem nem ouvir nem ver. Determinadas narrativas que fazem aqui e a altura em que fazem não educam as pessoas – não educam.

Hoje foi iniciada uma discussão. Nós viemos aqui para votar o projeto da Fucam e outros projetos. Foi iniciada a discussão sobre a pauta desse requerimento. Primeiro, eu quero deixar, de maneira bem clara: mesmo na condição de homem, a principal bandeira do nosso mandato ou uma das principais bandeiras do nosso mandato – a deputada Ione sabe muito bem disso – é o enfrentamento da violência contra a mulher, é o enfrentamento da violência doméstica. Tenho a felicidade de dizer que, no dia internacional da luta, no dia 8 de março, de sete projetos que foram votados aqui, dois foram de minha autoria. Então nós pautamos isso desde o primeiro dia do nosso mandato aqui.

Quero também dizer que repudio, seja em Minas, seja no Brasil, seja em qualquer parte do mundo, uma mulher ser agredida por qualquer um que seja. Nunca vocês vão ouvir a minha voz dizendo que eu apoio. E mais: não vão ouvir nunca o meu silêncio, não vão escutar o meu silêncio. Deputada Ana Paula, farei isso em relação a todas as mulheres, sem me importar se ela é de direita, se ela é de esquerda – farei isso em relação a todas as mulheres. Entendo que a deputada que me antecedeu, a Lohanna, falou num momento de muita ansiedade e por estar muito ferida, porque eu ouvi determinadas situações aqui que também são de violência contra a mulher.

Usar uma mulher como instrumento de determinadas falas é violência. No dia a dia, enquanto eu estou falando aqui, uma mulher está sendo violentada. Cadê os requerimentos?

O Vale do Jequitinhonha é a região onde mais se mata mulher. Aliás, eu quero aqui já fazer um requerimento. Eu quero aqui também já fazer um requerimento. Minas Gerais é o Estado em que mais se mata mulher, deputado Leleco. Eu quero repudiar qualquer um que, de certa maneira, compactua com isso. Eu quero repudiar todos que compactuam com isso.

A deputada Ana Paula me pediu um aparte.

O presidente – Deputado Doutor Jean, infelizmente em encaminhamento não cabe aparte.

O deputado Doutor Jean Freire – Sim. Desculpe-me, presidente. Então eu quero repudiar também e já pedir à minha assessoria para preparar um requerimento repudiando isso, como fazemos no dia a dia. Quando Marielle foi covardemente assassinada, nós não repudiamos só naquele momento, deputada Beatriz, repudiamos no dia a dia aqui, porque não pode cair no esquecimento.

Aproveito para também, mais uma vez, repudiar o segurança que agrediu uma mulher ontem. Não me importa se é segurança do presidente Maduro ou não, eu estarei sempre, deputada Bella, repudiando essas atitudes. Sempre! Não usarei a mulher como instrumento, não usarei a mulher para falar de pautas que não cabem a mim.

Agora, se as pessoas tivessem comparecido – não sei se compareceram, deputada Beatriz – àquela audiência que nós fizemos, se eu não me engano, na Comissão de Educação, que V. Exa. pediu com outras pessoas... Todos nós estivemos lá. Lá foi falado sobre o Caio Martins, lá foi falado sobre ele. Agora quer saber se nós, deputados do Bloco Democracia e Luta, defendemos a Fucam? Vá lá, pergunte aos servidores da Fucam; vá lá, pergunte àqueles que usam a Fucam, que estudam na Fucam, pergunte a eles. Pergunte quem são os parlamentares que, no dia a dia, não só fazem a defesa como também conhecem a Fucam, que vão lá, visitam, sabem onde fica, dialogam com as pessoas. Nós temos, sim, muito o que comemorar. E ninguém – ninguém! – vai nos tirar essa vitória. Ninguém vai nos tirar! Se a Fucam permanecer viva, será, sim, por uma vitória do nosso bloco, de todos os deputados que a defenderam. Será uma vitória desta Casa, Sr. Presidente – V. Exa. é do Norte de Minas –, será uma vitória desta Casa. Nós não temos problema nenhum em dizer isso. Mas não venham nos calçar sapatos que não nos servem. Nós não vamos cair nessa.

Também nos dói muito – e quero repetir – ver a pauta da mulher ser usada neste Plenário. Isso nos dói. Para as mulheres, independentemente do partido político, falo isto com muita verdade: cada mulher é violentada em determinadas falas, cada mulher é violentada quando se cala porque acha que tem que defender uma e não tem que defender a outra. Por isso, sem distinção, sem dizer que é de esquerda, sem dizer que é de direita, cabe a todos nós – cabe a todos nós –, a cada dia, defender as mulheres. E eu não subo aqui para falar por elas; elas são firmes o suficiente para falar por elas. Eu não subo aqui para falar para as mulheres; elas não precisam de que eu fale por elas. Mas eu subo para falar para os homens: sejam mais verdadeiros nas suas defesas das mulheres. Como eu gostaria de que, na trincheira de defender essa pauta, a cada dia, nós tivéssemos homens aqui, juntos, defendendo-a, sem se importar se é de direita ou de esquerda, pegando o que nos une, e não o que nos separa. Como eu adoraria que, com a mesma força que alguns seguram este microfone, com a mesma entonação de voz com que usam o microfone, usassem, no dia a dia, para verdadeiramente defender as mulheres. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Beatriz Cerqueira.

A deputada Beatriz Cerqueira – Bom dia, presidente. Bom dia aos colegas parlamentares. Presidente, eu fiquei com uma dúvida. O governo está obstruindo a pauta do Plenário hoje, líder deputado Ulysses? Parece-me que sim. Nós não temos pressa em votar, não é? Nós estamos aqui todos os dias para a votação. Mas eu fiquei com essa dúvida, deputado Gustavo Valadares, e gostaria de saber se o governo iniciou os trabalhos aqui fazendo obstrução, porque determinados comportamentos nós, que estamos todos os dias no Parlamento, sabemos que são de obstrução. Você deixa para fazer questões de ordem depois das votações, mas me pareceu que, talvez, o governo esteja obstruindo ele mesmo aqui, no Plenário. Eu fiquei bem confusa. Bem confusa!

Deputada Andréia de Jesus, V. Exa. já recebeu o pedido de desculpas pela placa de homenagem à Marielle Franco, que lhe foi tomada durante a sua diplomação, no dia 18 ou 19 de dezembro de 2018? É a seletividade da solidariedade às mulheres, como tão bem denunciou a deputada Lohanna. Imagino que V. Exa. esteja esperando esse pedido de desculpas por ter sido arrancada da sua mão a placa em homenagem à Marielle Franco, que V. Exa. levou na diplomação e, inclusive, me emprestou. Com muito orgulho, eu tenho essa foto.

Eu aguardo, presidente, até hoje o pedido de desculpas do colega parlamentar que gritou comigo durante atividades de comissão, porque nenhum colega que está aqui tem o direito de gritar com nenhuma colega parlamentar. Então a gente está

aguardando o pedido de desculpas pelas violências que nós sofremos aqui dentro, mas, se algum colega quiser fazer alguma moção de repúdio contra a violência que nós, que convivemos com vocês, que estamos aqui todos os dias, que desejamos bom-dia, que compartilhamos, que ajudamos no quórum de comissões, que temos uma atuação parlamentar de destaque... Todas as mulheres desta legislatura têm posições de destaque em frentes parlamentares, em presidências de comissões, em assuntos que são protagonizados. Nós somos hoje 15 mulheres parlamentares, todas com protagonismo, então, nós também aceitamos moções de repúdio quando somos alvos de violência; quando somos alvos de ameaça de morte; quando somos alvos, no caso das deputadas negras, de racismo. Quando somos alvos de violência política de gênero, às moções de solidariedade são muito bem-vindas e as moções de repúdio aos nossos agressores também são sempre muito bem-vindas.

Vamos falar do assunto do Plenário agora. Eu quero compartilhar com todos os colegas o resultado do processo de construção que foi fechado com muito êxito ontem, na Comissão de Administração Pública. Eu estou com o projeto de lei original do governo e com o parecer de ontem aprovado, por unanimidade, na Comissão de Administração Pública, que é o texto que nós vamos votar daqui a pouquinho. O texto original do Projeto de Lei nº 359/2023 começa exatamente assim: “Transfere as competências da Fundação Educacional Caio Martins e dá outras providências. Art. 1º – Ficam transferidas as competências da Fundação Caio Martins para a Secretaria de Estado de Educação”. Aí vem: “As competências relativas ao desenvolvimento de ações educacionais, sociais e produtivas, especialmente para populações do campo em situação de vulnerabilidade social, objetivando potencializar o desenvolvimento humano, educacional, social e econômico serão incorporadas pela SEE, nos termos de decreto”. Aí, no art. 3º, por exemplo: “Os bens móveis que constituem patrimônio da Fucam reverterão ao patrimônio da Secretaria de Educação”. Art. 4º: “Os bens imóveis que constituem patrimônio da Fucam serão incorporados ao patrimônio do Estado”. Eu estava procurando isto: “Art. 12 – Fica extinta a Fundação Educacional Caio Martins”. Esse é o projeto original protocolado aqui, se não me engano, em março, e nós fizemos um longo processo de obstrução e de trabalho para sua manutenção. Esse é o texto que foi aprovado ontem, na Comissão de Administração Pública: “Extingue e cria cargos no âmbito do Poder Executivo do Estado e dá outras providências”.

Então, de um projeto de lei de transferência das competências da fundação, ontem nós avançamos para um projeto de criação e extinção de cargos. O art. 1º faz a extinção dos cargos, são os DADs, são as funções gratificadas e as gratificações temporárias e estratégicas. Depois, conforme nós havíamos dito ontem, o art. 2º trata da criação dos cargos da Fucam; o art. 3º trata dos cargos criados para a Segov. Nós dissemos que era isso mesmo, que alguns cargos comissionados ficariam na Fucam e a maior parte dos cargos vai ficar na Secretaria de Governo. O art. 4º vai falar sobre como isso vai se organizar tanto na Fucam quanto na Segov. E acabou. Não há mais transferência de competências para a secretaria; não há mais a questão dos imóveis, que muito nos preocupava. Então esse é o resultado. Daqui a pouco, acredito que nós conseguiremos votar, se o governo não obstruir o processo de votação – governo, parte dele, enfim. Portanto, esse é o parecer que foi construído ontem e que será votado daqui a pouco.

Quem leu o parecer votado na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia sabe que nós referenciamos toda a trajetória da Fucam, sabe que nós referenciamos quem criou a Fucam, sabe que a família do fundador da Fucam caminhou conosco o tempo todo nesses 70 dias, sabe que o filho do fundador da Fucam esteve em todas as nossas audiências. Esteve na nossa visita técnica da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, na Fucam-Esmeraldas; esteve na audiência promovida pela Câmara Municipal de Esmeraldas e acompanhou a família dos fundadores da Fucam; enfim, acompanhou toda essa luta, porque fez parte dela. Bastava ter lido o parecer ou ter acompanhado os trabalhos da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Nós não precisamos apagar a memória de ninguém para referenciar a luta deste momento, ao contrário, cuidamos da memória e é em nome e respeito a ela que potencializamos a luta para a defesa da continuação da Fucam. Então paramos muito coisa, reorganizamos muita agenda, deixamos de atender muitos apoiadores nossos. Essas agendas que todos temos no dia a dia, deixamos muito de fazer isso, que seria próprio de um mandato por algo coletivo. E foi o que a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia desta Casa fez. Realizamos duas audiências públicas. Foi a única comissão que pediu esclarecimentos ao governo. Então todas as

informações que todos os colegas têm sobre a Fucam foram obtidas pelo trabalho da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, que não fez nada com pressa, que usou o seu prazo regimental para cuidar de ofertar à sociedade um parecer que respeitasse a origem da Fucam, que respeitasse toda essa trajetória de luta.

Quando a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia cumpre esse papel, estamos cumprindo por toda a Assembleia, porque essa é a riqueza do Parlamento: a diversidade, a pluralidade, as tantas 22 comissões permanentes, além das temporárias. Quando o Bloco Democracia e Luta coloca, na sua agenda estratégica, uma obstrução para defender – porque foi isso – a Fucam, demonstra que grupos estão em sua defesa. Então demonstramos, pela prática, desde março até agora, quando o projeto chegou a esta Casa... E vamos a Juvenília. Vamos continuar mostrando qual é o trabalho da fundação. E o compromisso da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, no próximo período, será o de fazermos o fortalecimento da nossa Fucam. O que observamos é que ela precisa ser fortalecida.

São essas as considerações, presidente. Obrigada. Obrigada aos colegas. Que possamos votar a manutenção. A Fucam fica!

O presidente – Com a palavra, para questão de ordem, o deputado João Vítor Xavier. Antes, deputado João, peça licença a V. Exa. apenas para parabenizar o nosso querido Bosco pelo seu aniversário. Saúde, paz, muitos anos de vida!

### Questão de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, sabemos que esta Casa vive um momento diferente do de outras legislaturas que vivemos e temos um respeito enorme por isso. Sabemos que temos polos bem demarcados na Casa. Sabemos que temos uma direita atuante, presente, e respeitamos muito. Sabemos que também temos uma esquerda atuante, presente, e também respeitamos muito. Mas queria fazer um apelo, presidente. Esta sempre foi uma Casa do diálogo, do entendimento, então que pelo menos pudéssemos chegar ao processo de votação para que possamos votar. Todos os deputados aqui sabem da posição ideológica dos outros. Há um respeito enorme nisso, mas temos uma trajetória aqui das discussões mais polarizadas, ideológicas, que sempre ficam ou para o pinga-fogo ou para a declaração de voto, para que possamos avançar nas pautas. Todo mundo sabe como a direita vai votar. Há um direito e há um respeito. Todo mundo sabe como a esquerda vai votar. Estão aqui representando aqueles que os elegeram. Mas faço esse apelo, presidente, talvez ao nosso querido líder Ulysses – sabemos que há alguns colegas registrados –, para que haja um gesto de carinho com a Casa como um todo, com os deputados que também estão presentes na Casa e que não são desses extremos, para que possamos votar. Sabemos e respeitamos a posição de cada um. Não estamos aqui querendo tirar nem o direito nem a legitimidade. Se preciso for e se for do desejo, do entendimento dos deputados, que fiquemos até às 6 horas de amanhã votando, como já ficamos nesta Casa, não é presidente? O senhor se lembra de já termos virado a madrugada aqui, votando. É um direito, é um processo do Parlamento, mas, se for possível dialogarmos com os líderes – vejo aqui o líder Ulysses, o líder Gustavo, o líder Cássio Soares; o Doutor Jean, que é líder da Minoria; o deputado Carlos Henrique, que é líder da Maioria; o deputado Gustavo Valadares, que é líder do governo –, que façamos um gesto simbólico. Estão bem posicionadas as pautas ideológicas, as visões de mundo, para, quem sabe, avançarmos para a votação e deixarmos este momento, que é muito legítimo, para declaração de voto, como historicamente sempre foi nesta Casa, ou para o pinga-fogo. É um apelo daqueles que não estão nos legítimos extremos, mas que estão mais no centro da Casa, para que tentemos avançar na votação e na pauta. Fica aqui o nosso apelo, deputado Ulysses. Se for possível da parte de V. Exa., que tentemos chegar ao meio do caminho como um gesto simbólico, já que temos bem contempladas as leituras diferentes, o que é muito legítimo. Obrigada, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Leleco Pimentel.

O deputado Leleco Pimentel – Vamos com certeza contribuir um pouco com o tempo em relação ao pedido do colega João Vítor Xavier, mas talvez pudéssemos registrar aqui, neste momento, a importância da *fake news*. É por isso que aqueles que querem lavar as mãos, não querem estar nem num extremo nem no outro, precisam também contribuir, porque nem sempre quem está de um

lado e de outro da história é quem está promovendo alguma discórdia, porque há também aqueles que lavam as mãos, aqueles que fingem não se preocupar com nada e colocam os antagonísticos sempre como oposição.

É claro que também tivemos dúvida agora pela manhã sobre se havia uma obstrução em curso por parte do governo, como bem disse a deputada Beatriz, mas o que nos provocou a vir reforçar esse voto importante e declarar esse voto para que a Fundação Caio Martins permaneça foi o fato de aqui sermos colocados diante de um momento em que as mulheres desta Casa, que a todo tempo que sobem dizem das violências que sofrem aqui, no Plenário, nos corredores, nas comissões, terem sido aqui desprezadas, mais uma vez, quando se cria uma narrativa de que se protegerá uma mulher por um suposto... Digo suposto porque não tive condições de ter acesso a notícia alguma dessa violência. Mas não tenho dúvida de que o presidente da Câmara, o Arthur Lira, deve ser responsabilizado por tudo que ali ocorre, inclusive por ter colocado deputado cassado no Plenário ontem, ter colocado ali deputado que votou "sim", mesmo cassado, para provocar esse tipo de discórdia e de *fake news*.

Mas eu quero lembrar hoje que nós descobrimos o Padre Kelmon da Renova e do juiz Mário, deputado Ulysses. Nós descobrimos que o juiz Mário contratou um perito para o caso da Bacia do Rio Doce que mente até sobre a sua idade. Segundo os relatos da rede Itatiaia agora pela manhã, o contratado pela Renova diz ter 53 anos, mas tem 43; diz ter doutorado, mas a universidade que ele menciona nunca o teve como aluno; diz que é frei, mas nunca foi parte de igreja alguma. Então é o Padre Kelmon da Renova, é o Padre Kelmon do crime da Samarco, da Vale e da BHP Billiton. Eu, ao ouvir aqui o deputado que fez as provocações no Plenário, também pensei se não era o Padre Kelmon da Assembleia. Eu pensei, porque é um falso moralismo, é a utilização da tribuna para dizer coisas da pessoa que ama, porque a gente só fala do que ama. É o tempo inteiro falando de coisas para provocar as pessoas, como se nós estivéssemos todos sob a égide do poder das fardas. Essa farda até o rock dos anos 1970 e 1980 já denunciava. Existe muita farda que é verdadeiramente farsa.

E aí eu subo a este Plenário para denunciar esses falsos moralistas que se vestem na hoste ou até mesmo na opa, porque também muitos deles se vestem para serem hipócritas, fariseus e falsos moralistas. De fato, o bom testemunho que Caio Martins deu ao colocar a sua vida em risco para salvar a vida dos amigos é hoje também símbolo da luta dos escoteiros, é o símbolo do escotismo. E nenhum de nós aqui sobe a esta tribuna ou ao Plenário para falar mal de bons exemplos.

Por isso mesmo que o bom exemplo desta Assembleia será o da permanência da Fucam. Agora, inclusive num segundo passo, deputada Macaé, ao invés de estrangular a Fucam, deputado Ricardo, o que nós queremos ver é o governo do Estado investir, porque educação é investimento e não custo; colocar recurso para retomada de turmas, porque a nossa região metropolitana pode inclusive optar pela nossa Fucam de Esmeraldas. No Norte de Minas, em São Francisco, em Juvenília, em todos os lugares, as pessoas podem optar por uma educação contextualizada com a sua vida. É uma proposta de educação que tem contexto com a educação do campo e no campo; uma educação que tem a ver com o apaixonar-se novamente pela zona rural, pela vida dos agricultores e agricultoras, que continuam mantendo os empregos e cuidando para que o alimento de qualidade, sem agrotóxico, chegue a nossas mesas. É por isso que a gente lutou pela Fucam e é por isso que não é só dizer aqui essas letras e esquecer-se de onde elas vieram que faz da gente menor ou maior quando a gente busca esclarecimentos e convencimento para não permitir que a Fucam vá embora.

Então, nesse sentido... Eu não vou utilizar todo o tempo, atendendo ao pedido do nosso querido companheiro desta Casa que me antecedeu, o João Vítor Xavier, contribuindo, assim, para a gente fazer essa votação, que é justa, que é honesta e que não colocou ninguém contra ninguém. Esta Casa apenas votou, sim, contra um veto do governador, que parece ter ódio de todos, inclusive da Assembleia e da educação no Estado de Minas Gerais. Não sabe discernir alhos de bugalhos, junta tudo numa bacia só e joga fora no lixo, porque o que interessa é privatizar as rodovias.

Vou aproveitar, deputado Cristiano: nós teremos uma nova batalha, porque o anúncio daquele lote que vai desencadear, no trânsito, a cobrança injusta de pedágio até Entre Rios de Minas, passando ali pelo entroncamento do Sul de Minas, que vai buscar São

João del-Rei... Vai ser de novo a cobrança injusta de impostos sobre os ombros dos pobres. Este é o nosso compromisso aqui: nós não temos compromisso com farda alguma, nós temos compromisso é com a vida, e isso é o que nos move na política.

Nossa saudação de bom dia a todos. Encaminhamos o voto pela permanência da Fucam e pela permanência da educação do campo e no campo para os jovens e adultos de Minas Gerais.

A presidenta (deputada Leninha) – Obrigada, deputado Leleco Pimentel. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Cristiano Silveira.

O deputado Cristiano Silveira – Sra. Presidenta, colegas parlamentares, vou tentar ser mais breve aqui no meu encaminhamento.

Eu queria aqui, também no mesmo coro dos parlamentares que me antecederam, das deputadas... Acho que a fala da deputada Lohanna trouxe uma questão importante para esta Casa, e a questão que ela também nos faz perceber é o que a gente tem chamado – e está acontecendo muito no Brasil – de ruptura cognitiva, que é quando você tem um posicionamento que diverge, às vezes, da própria realidade, e, às vezes, as pessoas não percebem. Quando houve aqui uma manifestação em solidariedade ao jogador Vinícius Júnior, Vini Jr., pelo racismo que ele sofreu, alguns parlamentares subiram aqui para prestar toda a solidariedade ao Vinícius Júnior, mas são justamente aqueles que se alinham com um presidente da República que dizia que, nas comunidades quilombolas, as pessoas não tinham peso, eram pesadas em arroba, e que não serviam sequer para procriar. É aquele que fazia todo tipo de embate contra as políticas de enfrentamento ao racismo no Brasil. Então veja que existe ruptura cognitiva: eu apoio um líder maior, mas aqui eu entendo que eu preciso fazer a defesa de uma causa com que o cara não se coaduna. Ocorre novamente com a questão das mulheres. São falas contra as violências sofridas pelas mulheres, mas também apoiam e defendem aquele que um dia disse que teve quatro filhos homens e, na quinta vez, deu uma fraquejada, que chegou a dizer para uma mulher que só não a estuprava porque ela não merecia. Então olhe a ruptura cognitiva. E sem dizer do aspecto cristão, porque ainda há os nossos companheiros que se dizem cristãos – e Cristo foi barbaramente torturado –, mas apoiam um candidato que é um grande defensor da morte e da tortura. Então temos que trabalhar essa questão. A gente precisa ter coerência, lógica nos nossos posicionamentos, nas nossas falas e nas nossas opções. Isso é importante deixar claro.

Ainda sobre a questão da violência contra as mulheres, presidenta Leninha e presidente Tadeu, há um projeto nosso que está tramitando aqui, na Casa, que trata da criação de grupos reflexivos para homens agressores de mulheres. Aliás, a todo momento aqui, da tribuna, a gente diz: “Vamos fazer uma lei para amparar mulher vítima de violência”; “Vamos fazer uma lei para redução de dano”. E quando nós vamos tratar também o agressor? É o momento de a gente falar dos agressores. A gente pode ter, na Casa, quem sabe, também um grupo reflexivo para aqueles que acabam, por maneira intencional ou condicionada, cometendo atos de violência contra as mulheres.

Presidenta, falando do projeto em questão, o projeto que trata da Fundação Caio Martins, quero dizer que ontem foi um dia importante para nós, um dia de importantes vitórias que tivemos, e hoje também o dia caminha no mesmo sentido. Através do nosso movimento de obstrução, o movimento de negociação, junto aos demais parlamentares que, mesmo não compondo o Bloco Democracia e Luta, têm o compromisso, porque têm plena consciência da importância da Fundação Caio Martins dentro do aspecto educacional em Minas Gerais, nós conseguimos impedir a extinção da Fundação Caio Martins. A fundação estará garantida na sua existência jurídica; estará garantida na detenção da materialidade, que são os seus espaços, os seus prédios; estará garantida no seu funcionamento. Sabemos que o governo deseja obter alguns aspectos de pessoal, mas nós estamos falando aqui da garantia da existência da Fundação Caio Martins para que a gente possa, inclusive, trabalhar no seu fortalecimento e na missão que ela precisa cumprir.

Então, dessa forma, estamos aqui dizendo que esse processo todo – o processo que os deputados, os nossos líderes, a deputada Beatriz Cerqueira e os demais colegas conduziram – trouxe-nos ao momento que teremos aí: o entendimento de resguardo

da nossa fundação, da Fundação Caio Martins. Foi mais uma vitória também do Bloco Democracia e Luta. Esse é o encaminhamento, presidenta. Obrigado.

A presidenta – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Exa. Sra. Presidenta, deputada Leninha, caras deputadas, caros deputados, o meu bom-dia a todos vocês; um bom-dia a todos que nos acompanham pela TV Assembleia e também nos acompanham pelas nossas mídias sociais; em especial, um bom-dia a todo o povo do Norte de Minas, do Jequitinhonha, do Mucuri e dos Gerais, que nos acompanham e veem diariamente a nossa luta em favor daqueles que mais precisam. Quero aqui cumprimentar todos: companheiros; apoiadores; amigos da associação dos ex-alunos da Fundação Caio Martins; pais; alunos e docentes dessa grande fundação, que estiveram conosco nesse período e nessa luta árdua em defesa daquilo que é nosso, em defesa da educação no campo, em defesa da educação de qualidade para os jovens, os homens e as mulheres que acreditam que o interior, a zona rural ainda é o lugar melhor de se viver e construir a vida com dignidade.

Ontem a deputada Beatriz mostrou aqui, para os colegas, parte dos produtos que são produzidos de forma sustentável pela agricultura familiar. Grande parte daqueles produtos também é produzida na Fundação Caio Martins e nas escolas da Fundação Caio Martins, que gerenciam a capacitação e a formação daqueles docentes da saudosa e da grande fundação.

O que trago aqui, além do pedido dos nobres deputados, de podermos manter a Fundação Caio Martins cada vez mais viva e mais atuante, é também o nosso pedido de levar o governo do Estado à reflexão do que vale a pena ser investido na educação mineira. Ao invés de o Estado derramar dinheiro em investimento privado, na formação superior e na formação tecnológica, não deveríamos também investir na nossa Fundação Caio Martins? Nós sabemos que essa descentralização de cargos comissionados para a Segov, com certeza, vai atender a base política aqui, na Assembleia, com os seus apadrinhamentos políticos na Segov, e não vai levar educação para o campo.

Nós acreditamos – falo para vocês da Fundação Caio Martins e para os nossos amigos das cidades onde estão situadas as fazendas experimentais e as escolas da Fundação Caio Martins – que há recursos, no caixa do governo do Estado, suficientes para aportar na Fundação Caio Martins, e essa será uma nova briga nossa. A nossa briga em favor do povo não será meramente do ponto de vista ideológico e institucional. Nós sabemos que essa proposição que foi apresentada aqui, como substitutivo, não contemplou o nosso projeto de lei que coloca a Fundação Caio Martins como patrimônio histórico, imaterial e educacional do povo mineiro. A nossa proposição, além de manter a estrutura da Fundação Caio Martins, o seu patrimônio e o seu legado, garantiria também que o Estado aportasse recursos para fazer a formação de qualidade que vocês sempre têm feito sem recurso algum do Estado.

Então eu acredito que esse primeiro passo foi dado na defesa de uma fundação que é de todos, em especial, do povo do Norte de Minas, do povo do Jequitinhonha e da Grande BH, através da fundação de Esmeraldas. E nós, do Bloco Democracia e Luta, continuaremos empenhados para que não só continuemos a ter a Fundação Caio Martins, porque queremos mais que isso, já que continuaremos empenhados em ter uma fundação que tenha capacidade de recursos financeiros para investir, ainda mais, na educação do campo, na educação dos nossos jovens de todo o Estado e da nossa região, em especial.

Então quero aqui agradecer aos nossos companheiros e às nossas companheiras do Bloco Democracia e Luta; agradecer aos demais deputados por todo esse apoio: Tadeu Martins Leite e Coronel Henrique, que também sempre encampam essa luta. Também quero pedir a vocês que pensem mais em não só manter a Fundação Caio Martins da forma como merece ser, mas também em ampliá-la, dada a capacidade que tem e aquilo que pode alcançar, que é fazer com que o governo do Estado não pare de investir, mas que ele deixe de priorizar a educação profissionalizante através do ensino privado, potencializando recursos na Fundação Caio Martins e no ensino profissionalizante rural da nossa fundação. Muito obrigado, e tenho dito.

A presidenta – Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Ana Paula Siqueira.

A deputada Ana Paula Siqueira – Bom dia, colegas deputadas, colegas deputados, presidenta e toda a população que nos acompanha nas galerias da Assembleia e também através dos canais de comunicação. Hoje nós estamos aqui, numa manhã, para discutir um projeto importante, com impactos importantes e significativos no nosso estado, que é a questão da Fucam. Mas, antes de entrar nessa pauta, Bella, eu subo à tribuna como deputada, mulher negra, como presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, como vice-presidenta do bloco de mulheres da Casa, e também como representante do Estado de Minas Gerais no Observatório Nacional da Mulher na Política.

Eu venho reafirmar as palavras que foram ditas aqui, pela minha colega Lohanna: uma manifestação de repúdio ao que nós assistimos hoje, aqui, por meio dessa mulher. Curiosamente, neste momento, nós temos quase todas as mulheres da Assembleia aqui, no Plenário. E aí, gente, realmente não dá! Nós vamos, e eu estou propondo, através da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, uma nota de repúdio, sim, ao que aconteceu com a repórter lá, em Brasília. Mas eu estou propondo também, deputadas, uma nota de repúdio, que convido toda a Assembleia a assinar, contra a instrumentalização das violências que nós sofremos, contra a instrumentalização daquilo que melhor convém a quem quer vir aqui iniciar uma discussão e usar isso como jogatina política, achando que vai passar despercebido.

Além dessa nota de repúdio que eu estou propondo, que vem repudiar a instrumentalização, a seletividade do que é violência contra nós, mulheres, eu também quero deixar expresso que as violências são muitas: a violência psicológica, a violência moral e a violência política de gênero que, infelizmente, é tão recorrente na Casa, deputado Cássio. E isso nós não podemos esquecer. Os mesmos que aqui vêm fazer discursos falsos, para chamar a atenção da população, são os que praticam essa violência aqui, como também colocou a deputada Beatriz, vítima recorrente desse tipo de violência na Casa; são também os mesmos, Bella, que retiraram, no dia 8/3/2023, um projeto de autoria conjunta das deputadas Andréia de Jesus, Ana Paula Siqueira e Leninha, que fala exatamente sobre violência política de gênero. Então nós não podemos tolerar nenhum tipo de violência, especialmente aquelas recorrentemente praticadas no Parlamento e que tentam afastar as mulheres da política.

Portanto, eu estou colocando isso agora, no Silegis, e o meu pedido é para todos e para todas. Essa não é uma manifestação apenas das mulheres ou da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher desta Casa; essa é uma manifestação daqueles que efetivamente têm compromisso com a eliminação de toda e qualquer violência contra nós. Então fica aqui a minha manifestação individual de repúdio e a minha manifestação política para que todos nós possamos assinar e deixar claro e registrado, presidenta, nesta Casa, o nosso compromisso verdadeiro com a eliminação de toda e qualquer violência contra nós.

Por falar em violência contra as mulheres, nós também não vamos esquecer o que está acontecendo em Brasília. A aprovação do que houve ontem lá, em Brasília, aquela aprovação, gente, do marco temporal, é, em si, uma violência contra as mulheres indígenas; é uma violência legalizada, contra uma população originária no nosso país, que certamente vai impactar a vida de muitas indígenas e de muitas crianças. Então nós temos que parar de selecionar o que é violência contra nós e o que nós vamos dizer aqui, na tribuna, porque, de forma legalizada, também é cometida e autorizada uma série de violências contra nós, mulheres.

Eu queria aproveitar essa oportunidade para dizer também que, no último final de semana, eu estive em João Monlevade, numa ação organizada pela associação de mulheres de João Monlevade, que foi uma manifestação contra o feminicídio, que é algo que também precisa ser discutido com maior seriedade aqui, na Casa, para que as providências do Estado aconteçam. O Estado de Minas Gerais é o Estado que mais mata mulheres no Brasil – infelizmente lidera esse ranking –, mas é o Estado também que tem trabalhado, de forma muito pouco eficiente, as iniciativas de enfrentamento a essa crueldade.

Na manifestação em que estivemos, no último final de semana, nós inclusive estivemos com três crianças filhas da vítima: uma criança de 12 anos, uma criança de 8 anos e uma criança de 6 anos. Esse crime de feminicídio, gente, além de matar, de levar a vida de uma de nós, mulheres, tira o direito das crianças a terem uma mãe, o que é inadmissível. É por isso que eu protocolei, na Casa, um projeto de lei que trabalha para oferecer políticas públicas aos filhos do feminicídio. O Estado tem que evitar que o feminicídio

aconteça; o Estado tem que oferecer políticas públicas que garantam às mulheres proteção, emprego, trabalho, renda e oportunidades para que elas não estejam obrigadas a viver o ciclo de violência, que acaba na morte delas. Se o Estado não cuidar disso, ele vai ter que dar conta, sim, de cuidar dos filhos do feminicídio, porque, infelizmente, essa é uma crescente no nosso estado, e a gente precisa acabar com isso.

Voltando ao nosso projeto da Fucam, eu queria trazer que o que nós vamos apreciar hoje, na Casa, gente, é fruto de uma conquista do Bloco Democracia e Luta, que se colocou nessa discussão, fazendo obstrução aos vetos do governador e exigindo atenção àquilo que realmente nos importa no Estado de Minas Gerais. Então o parecer que vai ser apreciado é uma celebração desse acordo entre o bloco de oposição e os governistas. Foi um trabalho árduo, em que membros do Bloco Democracia e Luta se debruçaram, e eu queria aqui destacar a atuação da deputada Beatriz, que, ontem, por volta ainda das 21 horas, estava aqui, na Casa, trabalhando esse relatório que está sendo apresentado. E nós conseguimos, com esse relatório, garantir a permanência da infraestrutura atual e também a permanência dos servidores. Sete artigos foram retirados do texto aprovado em Plenário; os artigos que alteravam a estrutura básica da instituição também foram retirados. E a Fucam, para quem ainda não conhece ou não tem acompanhado a nossa discussão ao longo destes últimos dias, é a fundação que oferece a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social educação básica nas atividades de formação.

Eu queria dizer que nós trabalhamos arduamente para chegar a este resultado; não é exatamente o que nós queríamos, mas é um avanço diante da tentativa de rolo compressor apresentada pelo governo Zema. Nós estamos aqui em menor quantidade, mas com muita capacidade e muita qualidade para dizer que não toleraremos retrocesso no nosso estado. Isso vale para a Fucam, valerá também para as empresas públicas, para a Copasa, para a Cemig, para os serviços básicos e essenciais, que também estarão na pauta nos próximos dias, na tentativa de privatização, e que, certamente, prejudica o atendimento às pessoas que mais precisam no nosso estado.

Então, gente, nesta manhã, a pauta que mais tomou conta, hoje, da tribuna foi a pauta da violência contra a mulher. Eu quero que esta manhã seja uma manhã de lembrança para todos os deputados e para todas as deputadas. Desejo também que nenhuma deputada faça aliança com esse tipo de discurso falso de companheiros que querem, na verdade, instrumentalizar as mulheres para defender e para fazer outras discussões aqui, na Casa. Nós não podemos... Aqui, somos minoria, somos 15; na sociedade, somos maioria, somos mais de 51% da população. E, se nós não tomarmos as providências de nos protegermos e defendermos umas às outras, tenha certeza, deputada Chiara, eles não farão.

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Com a palavra, para encaminhar a votação da matéria, a deputada Chiara Biondini.

A deputada Chiara Biondini – Bom dia, presidente. Eu imaginei que a deputada que me atendeu estava falando a meu respeito. Que bom que me citou ao final. Eu não estou me unindo a ninguém e a discurso nenhum, mas existe, sim, uma seletividade das mulheres em defender principalmente as mulheres da esquerda.

Foi um dia triste para o País ter um ditador no nosso país, ao lado do nosso presidente; um país democrático, que é o nosso, e o nosso presidente ao lado de um ditador. Mas mais triste ainda foi ver que a equipe desse ditador deu um soco em uma mulher, Delis Ortiz, e muitas mulheres se calaram. São mulheres que, dia e noite, vêm ao microfone, vêm ao Plenário defender mulheres, defender agressões, e estão certas. Nenhuma mulher deve ser agredida. Nenhuma mulher deve ser humilhada. Mas se calaram diante de Delis Ortiz. Isso não é novidade; calaram-se também diante do grito e da violência que sofreu a deputada Julia Zanatta, na Câmara dos Deputados. Eu também tive o meu suplente falando de mim de forma covarde e machista. Vários deputados desta Casa prestaram solidariedade, abraçaram-me, falaram comigo, mas quase nenhuma deputada mulher. Então já quero usar a minha fala para dizer que a gente tem que se unir, sim. Somos poucas – eu me dou bem –, mas unidas em prol de todas as mulheres, inclusive das mulheres que

defendem o conservadorismo, das mulheres da igreja, das mulheres de direita. Então fica aqui a minha solidariedade à Delis Ortiz, que sofreu uma violência absurda do ditador venezuelano. Obrigada.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Bim da Ambulância, Delegado Christiano Xavier, Grego da Fundação e Zé Laviola. Portanto, votaram “sim” 61 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 359/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (PP)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marli Ribeiro (PSC)  
Neilando Pimenta (PSB)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Professor Cleiton (PV)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Rodrigo Lopes (UNIÃO)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Thiago Cota (PDT)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)

**Registro de Presença**

O presidente – A presidência registra a presença, em Plenário, a pedido do deputado Duarte Bechir, dos vereadores de Cruzília: Rosângela e Lélis e também do prefeito municipal de Serranópolis, Marcão. Sejam muito bem-vindos a esta Casa.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.258/2021, do deputado Rafael Martins, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Vespasiano o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 60 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.258/2021 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doorgal Andrada (PATRIOTA)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PSC)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (PP)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marli Ribeiro (PSC)  
Neilando Pimenta (PSB)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Professor Cleiton (PV)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Rodrigo Lopes (UNIÃO)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Thiago Cota (PDT)  
Tito Torres (PSD)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.714/2021, do deputado Agostinho Patrus, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Peçanha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro – Presidente, é rapidinho.

Só queria aqui dizer e agradecer aos deputados, e peço que aprovem, o que é natural nesta Casa, bem como enaltecer o trabalho do prefeito de Peçanha, Dr. Fabrício.

É um projeto que foi apresentado pelo ex-presidente da Casa, deputado Agostinho Patrus, e vai ser muito importante lá para a construção do fórum e de anexos para a administração municipal lá, com secretarias. O Dr. Fabrício fez um trabalho enorme por causa dessa terreno para que seja feita a doação. Obrigado. Peço aos deputados que votem a favor.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 59 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.714/2021 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Administração Pública.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)  
Doorgal Andrada (PATRIOTA)  
Doutor Jean Freire (PT)  
Doutor Paulo (PATRIOTA)  
Doutor Wilson Batista (PSD)  
Duarte Bechir (PSD)  
Eduardo Azevedo (PSC)  
Elismar Prado (PROS)  
Enes Cândido (PP)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marli Ribeiro (PSC)  
Neilando Pimenta (PSB)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Professor Cleiton (PV)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Rodrigo Lopes (UNIÃO)  
Sargento Rodrigues (PL)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.974/2021, do deputado Virgílio Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Contagem o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, por meio da plataforma Silegis. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 53 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.974/2021 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Ana Paula Siqueira (REDE)

Antonio Carlos Arantes (PL)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Betão (PT)

Betinho Pinto Coelho (PV)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegada Sheila (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Doutor Paulo (PATRIOTA)

Doutor Wilson Batista (PSD)

Duarte Bechir (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)  
Fábio Avelar (AVANTE)  
Gil Pereira (PSD)  
Grego da Fundação (PMN)  
Gustavo Santana (PL)  
Gustavo Valadares (PMN)  
Ione Pinheiro (UNIÃO)  
João Magalhães (MDB)  
João Vítor Xavier (CIDADANIA)  
Leleco Pimentel (PT)  
Leninha (PT)  
Leonídio Bouças (PSDB)  
Lohanna (PV)  
Lucas Lasmar (REDE)  
Lud Falcão (PODE)  
Macaé Evaristo (PT)  
Maria Clara Marra (PSDB)  
Marli Ribeiro (PSC)  
Neilando Pimenta (PSB)  
Noraldino Júnior (PSC)  
Professor Cleiton (PV)  
Rafael Martins (PSD)  
Raul Belém (CIDADANIA)  
Ricardo Campos (PT)  
Roberto Andrade (PATRIOTA)  
Sargento Rodrigues (PL)  
Ulysses Gomes (PT)  
Vitório Júnior (PP)  
Zé Guilherme (PP)  
Zé Laviola (NOVO)

#### **Declarações de Voto**

O deputado Cássio Soares – Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados, estou aqui apenas para agradecer a todos os parlamentares do Bloco Minas em Frente a construção e os resultados que conseguimos alcançar nesta semana no processo de votação dos vetos, dos destaques dos vetos, do projeto da Fucam, no entendimento. Quero agradecer aqui, sobremaneira, a sua condução, presidente Tadeu, que, com muita sabedoria e sensatez, conduziu o Colégio de Líderes; e também aos líderes: líder de governo, Gustavo Valadares; líder da Maioria, Carlos Henrique; o líder Gustavo Santana; Ulysses Gomes; Doutor Jean Freire, todos que, nos

seus respectivos blocos, conseguimos chegar nesse entendimento. Isso tudo significa que a democracia está sendo exercida plenamente na Assembleia Legislativa. O governo, por sua vez, teve a humildade, o reconhecimento de acatar sugestões trazidas pelo Bloco de Oposição, e, assim, construímos um consenso, que é essa a finalidade que temos aqui, na Assembleia Legislativa, entregando à população mineira os melhores resultados. E, dentro de pouco tempo, espero que estejamos aqui, novamente, no Plenário da Assembleia, votando o projeto de reajuste salarial dos profissionais da educação pública estadual de Minas Gerais. Presidente, agradeço, mais uma vez, a todas as deputadas e a todos os deputados, especialmente aos do Bloco Minas em Frente, mas também aos dos demais blocos, que tiveram paciência e condição de colaborar com essa construção. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Coronel Henrique – Sr. Presidente, Srs. Deputados, população de Minas Gerais, vou fazer uma declaração de voto neste momento de muita alegria por essa conquista do povo de Minas Gerais. Eu me lembro de que, no dia 9 de março, a Mensagem nº 9, do governador do Estado, enviava para esta Casa o Projeto nº 359, e, nesse mesmo dia, eu protocolei a abertura da Frente Parlamentar em Defesa da Fucam. Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Fucam, hoje consolidamos, neste Plenário, uma vitória da educação do povo mineiro, educação pautada nos valores deixados no legado do Cel. Almeida. A história, os valores e os princípios da Fundação Educacional Caio Martins foram os principais objetos que me chamaram a atenção ao conhecer a Fucam e identificar nos territórios e, principalmente, nos quase 100 mil ex-alunos aqueles verdadeiros discípulos do Cel. Almeida e da D. Márcia, sua esposa, professora e educadora. Eles deixaram no legado da Fucam aqueles princípios defendidos por Caio Martins, o patrono dos escoteiros do Brasil. Ao falarmos da Fucam, não podemos deixar de falar de Caio Martins, não podemos deixar de falar da flor-de-lis, que é o símbolo dos escoteiros e é o símbolo que consta no uniforme dos alunos da Fucam. Minas Gerais tem esse exemplo para demonstrar a todo o Brasil. Neste momento em que comemoramos a manutenção do CNPJ, a manutenção do legado e a manutenção dessa história, temos a convicção, deputado Gustavo Valadares, líder do governo, que em todo momento apoiou essa minha iniciativa, essa minha defesa... Acredito, deputado Carlos Henrique, líder da Maioria, que na Fucam temos uma semente, uma semente da educação que respeita valores fundamentais, valores que são a base da nossa sociedade. Os escoteiros são as crianças de uniforme, são as crianças que aprendem a estar sempre alerta e a fazer sempre o bem para um cidadão, assim como Caio Martins, no acidente ferroviário que vitimou sua vida na Serra da Mantiqueira, em 1938. Ele deu aqueles exemplos que o tornaram um herói, um herói nacional. Caio Martins tem seu nome gravado no panteão dos heróis nacionais. É nesses exemplos de Caio Martins que nós nos inspiramos para levar para a nossa juventude aquilo que está um pouco em desuso na nossa sociedade, que é o uso da Bandeira do Brasil, o culto aos valores da Pátria, o culto e o respeito à família. A Fucam sempre estruturou a educação dos seus jovens dentro de um ambiente familiar. A D. Márcia e o Cel. Almeida, quando levaram para a fazenda de Esmeraldas as crianças em vulnerabilidade social que estavam na região metropolitana, basearam a educação dessas crianças no acolhimento: no acolhimento do lar, no acolhimento da família. E temos a convicção de que, com a manutenção da Fucam, esses valores serão ainda mais destacados, com a presença do governo do Estado entendendo que a Fucam é importante para o futuro do Estado de Minas Gerais. Nós estaremos sempre prontos para cooperar com a evolução dessa instituição magnífica, que tem 75 anos de história e que terá ainda muito mais anos pela frente, valorizando a educação, o civismo, o patriotismo e o legado do Cel. Almeida. Eu, como presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Fucam, sinto que este foi um dia da vitória de Minas Gerais, um dia da vitória do Brasil. A vocês, caio-martinianos, a vocês, escoteiros, e à memória do Cel. Almeida, presto, como militar, a minha melhor continência. Muito obrigado.

O presidente (deputado Bosco) – Com a palavra, para declaração de voto, o deputado Ricardo Campos.

O deputado Ricardo Campos – Obrigado, presidente. Quero, primeiramente, cumprimentar o nobre deputado Bosco pelo seu aniversário e pela conduta ilibada que tem aqui, nesta Casa, em favor do povo. Eu quero trazer aqui a nossa alegria por termos aprovado hoje esses dois projetos que temos defendido desde o início da nossa legislatura, desde o início do nosso mandato. Antes, quero saudar também meu amigo Genílson, vereador lá de Serranópolis de Minas, e o prefeito Marcão, nosso grande companheiro. Quero dizer, Marcão, Genílson, que o apoio que nós recebemos nas eleições fez com que o povo mineiro, em especial o povo do nosso sertão, pudesse ter uma voz aqui para defender aquilo que é o nosso sonho: uma vida melhor para todos. Mas eu venho aqui

principalmente para agradecer a todos os parlamentares, agradecer a esta Casa, que entendeu o nosso sentimento na defesa da Fundação Caio Martins. E, com isso, hoje nós derrubamos a proposta do governador de extinguir a Fundação Caio Martins. Peço aqui, agora, aos nobres colegas que possamos continuar juntos nessa luta para qualificar ainda mais a educação no campo, garantir recursos para que os nossos jovens, sejam eles homens ou mulheres, e as nossas crianças tenham condições de ter a formação com que sonham para continuarem vivendo ali, em sua cidade, em suas localidades rurais, tendo uma vida de qualidade e, mais ainda, produzindo alimentos, abastecendo o nosso país e fazendo a vida ficar mais digna e mais saudável para todos. Nosso muito obrigado a todos os deputados do Bloco Democracia e Luta, aos deputados desta Casa e às deputadas que entenderam esse sentimento. E, hoje, nós temos a Fundação Caio Martins mantida como uma instituição educacional para os nossos jovens do campo. Quero também agradecer a todos os colegas deputados a votação de um projeto importantíssimo para o Município de Contagem. A prefeita Marília Campos, uma das melhores prefeitas do Brasil, que tem feito uma gestão diretamente relacionada ao povo, com orçamento participativo, com obras para todos os cantos da cidade, sonhava poder realizar uma reforma estruturante no nosso CSU. O nosso CSU Eldorado, que está ali, próximo da João César de Oliveira, próximo da Avenida Portugal, agora, pode-se dizer que é de Contagem, é do povo de Contagem. Ali, hoje, nós temos atividades de ginástica olímpica, atividades esportivas, atividades culturais, atividades da saúde. Esse complexo de prestação de serviços públicos, nobre presidente, agora poderá ser ampliado com reforma, com infraestrutura, para dar mais dignidade e mais qualidade de vida ao povo de Contagem. O meu agradecimento a todos os colegas desta Casa, em especial ao deputado Virgílio Guimarães, autor do projeto que nos deu a condição de trazer uma pauta para, agora, ser aprovada, em 2º turno. E podemos, hoje, dar esta boa notícia para Contagem: agora, o CSU Eldorado é do Município de Contagem, e a nossa prefeita Marília, que tão bem tem gerido esse município, poderá fazer as melhorias na infraestrutura local, no espaço do CSU, para ofertar mais serviço público de qualidade, mais esporte, mais lazer e mais cultura para o cidadão contagense. Obrigado, deputado. Obrigado, presidente. Um bom-dia a todos.

### **Questão de Ordem**

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, primeiramente, eu gostaria de usar 1 minuto do meu tempo de declaração de voto para pedir 1 minuto de silêncio pelo amigo que faleceu, ontem, Sérgio Oliveira Gomes, conhecido carinhosamente como Lampião, lá da minha querida cidade de Itaobim, um educador, amante da cultura, que deixa história na nossa cidade, deixa história não só para os familiares, mas para todos nós, da nossa querida cidade de Itaobim e de toda a região. Peço 1 minuto de silêncio, por gentileza, para Sérgio Oliveira Gomes.

### **Homenagem Póstuma**

O presidente – A presidência acata o pedido do deputado Doutor Jean Freire e solicita a todos que, de pé, permaneçam em silêncio por 1 minuto.

– Procede-se à homenagem póstuma.

### **Declarações de Voto**

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, quando se fala em obstrução dos trabalhos, na Assembleia Legislativa – e, muitas vezes, solicitada por nós, da posição –, eu fico imaginando o que as pessoas podem pensar em casa: “Obstruir os trabalhos na Assembleia Legislativa”. E muitos não sabem, mas eu acho que o período que mais trabalhamos é no processo de obstrução dos trabalhos – todos os parlamentares –, nas negociações para diminuir os danos, principalmente no que diz respeito aos servidores e às servidoras públicas. Talvez seja o período em que mais ocorrem audiências públicas, reuniões de comissões. Mas nós fizemos isso e continuaremos sempre a fazer quando a gente suspeitar, quando a gente vir algum indício de retirada de direitos do nosso povo, de retirada de políticas públicas do nosso povo, como aconteceu, nos últimos meses, com projetos de leis vindo do governo estadual. E foi graças à obstrução que nós garantimos que o governo revogasse a resolução que dizia da não necessidade de ouvir os povos tradicionais quando algum empreendimento fosse feito nas suas terras, nas suas comunidades. Foi graças à obstrução que se iniciou –

eu espero ainda que seja essa palavra – a chegada de projeto de leis que dizem respeito ao aumento dos servidores. Eu espero e cobro que o governo do Estado mande o dos outros servidores, e não só o da educação. Foi graças à obstrução – já terminando, Sr. Presidente – que nós garantimos a política de centros de atendimento a pessoas portadoras do espectro autista. Foi graças à obstrução que nós conseguimos garantir a permanência da Fucam. Então, eu quero dizer ao povo mineiro a importância disto: sempre que subirmos aqui, nesta tribuna, e anunciarmos que estamos em obstrução é para lutar para garantir o seu direito, o direito de cada mineiro, de cada mineira, o direito da sua região; é para defender o direito à vida em todos os sentidos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Duarte Bechir – O.k., Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Deputado Bosco, nós que estamos aqui com os mandatos, juntos, nesta Casa, compartilhamos momentos já faz aí um bom tempo, desde o início dos trabalhos. No dia de hoje, nessa votação da Fucam, é preciso fazer aqui uma correção. Estávamos aqui em 2018. V. Exa., assim como eu, também era deputado estadual. Naquela oportunidade, o governador Fernando Pimentel mandou para esta Casa um projeto de lei vendendo muitos imóveis pelo Estado afora, colocando disponibilidade para a venda; e estavam inseridos nessa lista os imóveis da Fucam. Talvez muitos e muitas que estão aqui hoje não se lembrem desse fato. Se recorrerem aos anais da Assembleia, irão encontrar, portanto, o projeto de lei do ex-governador Fernando Pimentel que colocava para a venda imóveis em todas as regiões do Estado, inclusive, os imóveis da Fucam. E o que nós vivenciamos em 2023? O governador de Minas, Romeu Zema manda para cá um projeto de lei com a extinção da Fucam, baseado em que ela, no passado, cumpriu com uma obrigação e que hoje, com o número de crianças, o que ela pode oferecer é muito mais vantajoso para diversos cargos comissionados do que para crianças que, realmente, estariam estudando nessa Fundação Caio Martins. O governador mandou. Diferentemente de outros políticos, o governador Romeu Zema, sensibilizado com as manifestações das nossas lideranças, aceitou, então, mudar aquilo que não estaria hoje, se tivessem consumado a venda da Fucam. Então é preciso fazer essa correção, é preciso colocar a verdade para que todos conheçam a história da Fucam, e não somente a história de, hoje, 2023, mas a sua história recente. Não se pode deixar de colocar essa verdade porque o governador Romeu Zema também aceitou com as lideranças aqui, da Casa, manter a ideia de criar o centro de referência de apoio ao autismo. Também aceitou, porque há o vício na iniciativa. Se eu, como deputado estadual, pudesse colocar uma despesa, com é essa, de criar um hospital. V. Exa. sabe; fui vereador, e a gente sabe como é que tramitam as coisas. Então, haveria vício na iniciativa: “Não compete ao legislador estabelecer criação de despesa para o Executivo”. Mas, preservando o debate da Casa e das nossas lideranças, o governador também aceitou manter a iniciativa, deixando a possibilidade de criação do centro de apoio ao autista. E eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que as diferenças entre um e outro político e entre prefeitos e deputados podem ser da sua iniciação, do seu trabalho e daquilo como ele enxerga. O governador Romeu Zema, sem ter sido citado aqui, hoje, nos propiciou que construíssemos esse acordo, mantendo, portanto, aquilo que não existiria em 2023, porque o governador Pimentel, do PT, colocara à venda; e também a possibilidade da criação, mesmo havendo vício de iniciativa, de também poder manter a criação do centro de referência. Eu, como deputado estadual, defensor da causa dos direitos da pessoa com deficiência, fico feliz por esse acordo, ou seja, fico feliz por termos construído esse acordo aqui, na Casa, e que lá, no Executivo, o governador Romeu Zema se fez presente, aceitando as nossas motivações e as nossas ponderações, mostrando que, acima de tudo, é democrático e é de diálogo. Isso faz muito bem para o nosso mandato, para o Estado de Minas Gerais e, principalmente, para a democracia. Então quero aqui saudar os pares desta Casa, assim como S. Exa., o governador Romeu Zema, por ter aberto, propiciado que a Fucam permanecesse, porque ela não foi vendida, em 2018, como assim queria o PT; e também a possibilidade da criação do centro de apoio à pessoa com autismo. E só fazendo aqui uma retificação, a pessoa com deficiência não porta nenhuma deficiência. Esse termo, essa terminologia não se usa mais. Nenhuma pessoa porta deficiência. Portamos um documento, portamos uma carteira, mas não deficiência; é a pessoa com deficiência, e não alguém que porta. Que fique feita a justa correção. Presidente, obrigado. Que saudemos o nosso governador Romeu Zema pela sua democracia, pela participação importante no processo de votação, hoje, nesta Casa! Obrigado, presidente.

O deputado João Vítor Xavier – Inicialmente, quero abraçar V. Exa. pelo aniversário. O deputado Bosco é um companheiro de quatro mandatos aqui, nesta Casa, atuante e representante da importantíssima cidade de Araxá, uma das mais importantes cidades

de Minas Gerais. Estive, recentemente, na cidade de V. Exa. e pude presenciar o apreço que o povo de Araxá tem pelo seu trabalho e pela sua representação. Então o nosso desejo de um feliz aniversário para V. Exa. Quero aproveitar esta oportunidade, presidente, para voltar a um tema que me trouxe à tribuna há aproximadamente 10 dias: a questão do gramado do Mineirão e das más condições do estádio. Nós trouxemos aqui a nossa posição muito firme de pedir que o Estado faça cumprir o contrato, que não está sendo cumprido pela Minas Arena. Quando não há condições de utilizar o estádio para aquilo que é a sua função principal, o contrato de concessão deixa de ser cumprido. É a mesma coisa de você conceder um aeroporto e não haver pista de pouso; é a mesma coisa de você conceder uma rodoviária e não haver plataforma de embarque; é a mesma coisa de você conceder uma estrada e não haver asfalto, não haver ponte, não haver condições para o usuário. A Minas Arena descumpre, de maneira brutal, o acordo que fez com o Estado de gestão desse ativo, que é público. O estádio do Mineirão foi construído com dinheiro do povo e, agora, está sendo pago com o dinheiro do povo! Então eu quero agradecer a manifestação de apoio do Dr. Jarbas Soares Júnior, procurador-geral de Justiça do Estado, e pedir ao Ministério Público – inclusive, com base nessa posição muito corajosa do Dr. Jarbas – que entre de cabeça nesse processo. Nós já encaminhamos o pedido ao governo do Estado, ao Tribunal de Contas, a quem também peço providências, porque cabe ao Tribunal de Contas fazer todo o processo de avaliação das concessões deste estado, e também ao Ministério Público e ao governo do Estado. O Ministério Público tem um ótimo instrumento para isso que é o Compor, um instrumento criado para fazer esse tipo de mediação. Então entendo que o Compor poderia ser um bom espaço para a composição de uma mediação em torno da situação do Mineirão. Aqui, na Assembleia, a gente compõe no acordo, no diálogo, mas lá eles compõem com a possibilidade de uma ação, inclusive penal. E é diferente, a conversa é outra. Então é muito importante essa posição do Ministério Público, como é muito importante a posição do Tribunal de Contas. Esperamos que o Ministério Público e o Tribunal de Contas, que são instrumentos com a condição de efetivar ações desses casos de concessões públicas, tomem medidas urgentes e imediatas. O Mineirão não pode continuar como está, o Mineirão não é um espaço apenas para shows e eventos. Façam o que quiserem no Mineirão, façam shows, façam ópera, façam rock, façam um sertanejo, façam pagode, façam casamento, façam festa de aniversário, desde que o gramado do Mineirão esteja impecável para a prática do futebol e desde que nós tenhamos as datas liberadas para o futebol. No próximo final de semana, teremos um clássico, que é o maior clássico deste estado, na cidade de Uberlândia. Lugar de clássico é aqui, em Belo Horizonte. Esta é a cidade do Atlético, esta é a cidade do Cruzeiro, esta é a cidade que tem que receber o maior clássico do futebol mineiro. Não dá para continuar convivendo com a desfaçatez da Minas Arena, que não respeita o futebol mineiro. Então que o Ministério Público e o Tribunal de Contas tomem as providências necessárias. E, se a Minas Arena não cumprir o contrato, que o contrato seja desfeito pelo bem do povo de Minas Gerais, que é quem paga essa conta. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Caminhando para o final desta reunião, eu quero aqui cumprimentar todos os parlamentares, os líderes e também, de forma especial, o nosso presidente, deputado Tadeu Leite, pela condução dos trabalhos não só desta reunião, mas de todas as reuniões no decorrer desta semana e sobretudo pela sua forma serena e equilibrada de conduzir o Parlamento mineiro, que, em conjunto com todos os deputados e deputadas desta Casa, buscou esse entendimento importante junto ao governo do Estado. Podemos dizer, sim, que estamos aqui encerrando mais uma sessão com avanços importantes para todos os mineiros e todas as mineiras.

### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de hoje, às 18 horas, e convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 31/5/2023

**Presidência dos Deputados Antonio Carlos Arantes e Noraldino Júnior**

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei Complementar nº 23/2023; Projetos de Lei nºs 620, 811 e 814/2023; Requerimentos nºs 1.809, 1.975, 1.977, 1.980, 1.981, 1.983, 1.987, 1.989, 1.990, 1.994, 2.001 a 2.013, 2.017, 2.025 a 2.028 e 2.046/2023 – Comunicações: Comunicações das Comissões de Saúde (2), de Transporte (2), de Segurança Pública (3), de Administração Pública (3), de Esporte (2), da Pessoa com Deficiência, de Prevenção e Combate às Drogas, de Fiscalização Financeira, de Educação (2), dos Direitos da Mulher (2), de Minas e Energia (3), de Direitos Humanos, de Defesa do Consumidor (2), de Meio Ambiente (2), de Cultura, de Assuntos Municipais, de Agropecuária (2), do Trabalho, de Participação Popular e de Desenvolvimento Econômico e das Comissões Extraordinárias de Proteção aos Animais, de Acompanhamento do Acordo de Mariana e de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Antonio Carlos Arantes, Eduardo Azevedo, Coronel Henrique e Arlen Santiago – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisões da Presidência (2) – Palavras do Presidente – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Despacho de Requerimentos: Requerimentos nºs 1.974, 1.831, 647 e 1.809/2023; deferimento – Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.974 e 3.258/2021 e 359/2023; aprovação – Votação de Requerimentos: Requerimento nº 2.028/2023; aprovação – Encerramento.

**Comparecimento**

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Duarte Bechir – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Betão – Bosco – Bruno Engler – Carlos Henrique – Cassio Soares – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Doutor Jean Freire – Doutor Paulo – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Gustavo Santana – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Magalhães – Leleco Pimentel – Leonídio Bouças – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Marli Ribeiro – Mauro Tramonte – Noraldino Júnior – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Zé Guilherme – Zé Laviola.

**Abertura**

O presidente (deputado Noraldino Júnior) – Às 14h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

**1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Ione Pinheiro, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

**Correspondência**

– O deputado Eduardo Azevedo, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

**OFÍCIOS**

Do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, indicando o Sr. Pedro William Ribeiro Diniz, diretor de Políticas em Saúde, como representante oficial do instituto na audiência pública da Comissão de Administração Pública, em 30/5/2023. (– À Comissão de Administração Pública.)

Da Companhia Energética de Minas Gerais, indicando o Sr. Marney Tadeu Antunes, diretor da Cemig Distribuição, como o representante oficial da companhia na audiência pública da Comissão de Minas e Energia, em 17/5/2023. (– À Comissão de Minas e Energia.)

Da Prefeitura Municipal de Muriaé, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.649/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Prefeitura Municipal de Muriaé, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 3.128/2021, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Do Ministério dos Transportes, prestando informações relativas ao Requerimento nº 763/2023, da Comissão de Transporte. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Do Ministério Público de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 588/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.249/2023, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Prefeitura Municipal de Nova Serrana, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.003/2022, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Constituição e Justiça. (– Anexe-se ao referido projeto.)

Da Companhia Energética de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.136/2023, da Comissão de Minas e Energia. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.101/2023, da Comissão de Assuntos Municipais. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.115/2023, da Comissão do Trabalho. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.409/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

Da Companhia de Saneamento de Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.410/2023, da Comissão de Direitos Humanos. (– Anexe-se ao referido requerimento.)

**2ª Fase (Grande Expediente)****Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23/2023**

Dispõe sobre transferência de saldos financeiros resultantes de parcerias e convênios firmados entre os hospitais filantrópicos, as

APAES e os consórcios públicos e o Estado, provenientes de repasses da Secretaria de Estado de Saúde e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica autorizado aos hospitais filantrópicos, as APAES e aos consórcios públicos, até o final do exercício financeiro vigente, transferir os saldos constantes de suas contas provenientes de repasses da Secretaria de Estado de Saúde – SES –, bem como a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores resultantes de parcerias e convênios firmados com o Estado.

§ 1º – São também considerados saldos passíveis de transferências de que trata o *caput* a sobra de recursos públicos estaduais correspondente ao custeio total ou parcial com recursos próprios do hospital, da APAE e dos consórcios dos objetos e compromissos estabelecidos em atos normativos do Sistema Único de Saúde ou em instrumentos celebrados entre Estado e hospital, APAE ou consórcio.

§ 2º – Para realizarem a transferência de que trata este artigo, os hospitais, as APAES e os consórcios deverão ter cumprido os objetos e compromissos previamente estabelecidos em atos normativos do Sistema Único de Saúde ou em instrumentos celebrados entre Estado e hospital, APAE ou consórcio público.

§ 3º – Em caso de descumprimento do disposto no § 2º, a transferência prevista nesta lei complementar poderá ser realizado se o hospital, a APAE ou consórcio demonstrar a impossibilidade material de cumprir o disposto no referido parágrafo ou a desnecessidade da ação de saúde prevista no instrumento a que se vinculam os recursos.

§ 4º – Para fins do disposto no § 3º, os hospitais, as APAES e os consórcios deverão celebrar novo instrumento jurídico ou termo aditivo em instrumento em vigor.

Art. 2º – Os hospitais, as APAES e os consórcios que realizarem a transferência de que trata esta lei complementar deverão comprovar a execução orçamentária e financeira ao Fundo Estadual de Saúde.

Art. 3º – Os valores relacionados à transferência de saldos financeiros de que trata esta lei complementar não serão considerados parâmetros para os cálculos de futuros repasses financeiros por parte da SES.

Art. 4º – Na transferência de saldos financeiros de que trata esta lei complementar, os hospitais, as APAES e os consórcios deverão solicitar aprovação dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde e incluirão os recursos financeiros remanejados no orçamento anual, com indicação da nova categoria econômica a ser vinculada.

Art. 5º – Fica autorizada aos hospitais, as APAES e aos consórcios públicos, até o final do exercício financeiro vigente, a utilização de saldos financeiros a que se refere o *caput* do art. 1º para o cumprimento das obrigações e compromissos estabelecidos em instrumento jurídico cuja vigência tenha se encerrado até a data de publicação desta lei complementar ou que venha a se encerrar até 31 de dezembro de 2023, com as mesmas regras estabelecidas nos instrumentos jurídicos originais, ressalvados os casos em que forem constatadas, pelos órgãos competentes, irregularidades insanáveis.

Art. 6º – Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de maio de 2023.

Lucas Lasmar, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (Rede) – Ana Paula Siqueira, presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (Rede) – Andréia de Jesus, presidenta da Comissão de Direitos Humanos (PT) – Arlen Santiago, presidente da Comissão de Saúde (Avante) – Beatriz Cerqueira, presidenta da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia (PT) – Bella Gonçalves, vice-presidenta da Comissão de Direitos Humanos (Psol) – Celinho Sintrocel, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PCdoB) – Cristiano Silveira, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização (PT) – Doutor Jean Freire, líder da Minoria (PT) – Enes Cândido, vice-presidente da Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer (PP) – Grego da Fundação,

vice-líder do Bloco Minas em Frente (PMN) – Leleco Pimentel, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PT) – Leninha, 1ª-vice-presidente (PT) – Leonídio Bouças, presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar (PSDB) – Lohanna, vice-líder do Bloco Democracia e Luta (PV) – Luizinho (PT) – Marquinho Lemos, presidente da Comissão de Participação Popular (PT) – Mauro Tramonte, presidente da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia (Republicanos) – Professor Cleiton, presidente da Comissão de Cultura (PV) – Raul Belém, presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria (Cidadania) – Ricardo Campos, vice-presidente da Comissão de Participação Popular (PT) – Rodrigo Lopes (União) – Ulysses Gomes, líder do Bloco Democracia e Luta (PT) – Vítório Júnior, vice-presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico (PP).

**Justificação:** A proposição pretende autorizar aos hospitais, as APAES e aos consórcios públicos, até o final do exercício financeiro vigente, a transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, constantes nas suas respectivas contas, resultantes parcerias ou de convênios provenientes de repasses do Estado.

A realização da transferência desses saldos financeiros ficará condicionada à observância prévia pelos hospitais, APAES e consórcios dos seguintes requisitos: cumprimento dos objetos e dos compromissos previamente estabelecidos em atos normativos específicos alusivos ao órgão que destinou o valor para o hospital, APAE ou consórcio; inclusão dos recursos financeiros remanejados no respectivo orçamento anual, com indicação da nova categoria econômica a ser vinculada aos hospitais ou aos consórcios.

Importante ressaltar, que a proposição apresentada segue os moldes da Lei Complementar Federal nº 197, de 6 de dezembro de 2022, que altera a Lei Complementar Federal nº 172 e a Lei nº 14.029, bem como o Projeto de Lei Complementar nº 18/2023 tramitado nesta Casa, transformado na Lei Complementar nº 171, de 9 de maio de 2023.

Muitos municípios já estão executando atos de transposição e transferência de saldos financeiros de recursos da União remanescentes de exercícios anteriores. Percebe-se, entretanto, que a maior parte dos recursos são estaduais, razão pela qual foi publicada a Lei Complementar nº 171/2023, para viabilizar tais ações para recursos provenientes do Estado. Nesse cenário, importante que tal medida possa ser realizada também pelos hospitais filantrópicos, viabilizando melhoria das ações de saúde.

Sabe-se que o Sistema Único de Saúde – SUS – está presente na vida da população brasileira de formas diversas. Do primeiro atendimento, nas unidades básicas de saúde, à internação hospitalar, passando pela realização de exames e outros procedimentos, à entrega de medicamentos e pelo complexo e muito bem-feito sistema de vacinação nacional.

Os hospitais filantrópicos são parte fundamental do sistema de saúde público brasileiro. Sem essas entidades, tanto os governos municipais e estaduais quanto o federal não conseguiriam promover o acesso universal à saúde, conforme estabelecido pela Constituição.

Essas instituições são responsáveis por 53% dos atendimentos do SUS em todo o País. Além disso, concentram mais de 116 mil leitos do sistema de saúde, o que representa 32% do total de leitos públicos do Brasil. Além disso, 906 dos 5570 municípios do País são atendidos exclusivamente por um hospital filantrópico. (Fontes: Agência Senado, Fórum Nacional de Instituições Filantrópicas – Fonif – e Portal Hospitais do Brasil, Medicina SA.).

De acordo com pesquisa realizada em 2019 pelo Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas – Fonif –, a cada R\$1 investido pelo Estado no setor com as imunidades fiscais, a contrapartida real é de R\$7,39 em benefícios entregues à população.

Os Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS –, por sua vez, são associações formadas por entes da administração pública, principalmente da esfera municipal, e representam uma forma de fortalecimento das ações desses entes, por meio de ganho de representatividade e força política, administrativa e gerencial.

No entendimento do brilhante jurista Hely Lopes Meirelles, por meio dos consórcios “as municipalidades reúnem recursos financeiros, técnicos e administrativos que uma só prefeitura não teria para executar o empreendimento desejado e de utilidade geral para todos”. Ainda conforme esse jurista, os “consórcios administrativos são acordos firmados entre entidades estatais, autárquicas ou paraestatais, sempre da mesma espécie, para realização de objetivos de interesse comum dos partícipes”.

Os consórcios administrativos intermunicipais vêm sendo adotados há décadas, tendo a Constituição de 1937 (artigo 29) disposto sobre o agrupamento de municípios para administração de serviços públicos. Entretanto, somente a partir dos anos 80, com o início do processo de descentralização, essa forma de associação tomou vulto, especialmente na busca de soluções de problemas comuns para os municípios.

Como os municípios, de acordo com o artigo 18 da Constituição de 1988, fazem parte da Federação, gozando da mesma autonomia conferida à União e aos estados, nada poderia impedi-los de celebrar um consórcio, ainda que a lei orgânica municipal seja omissa sobre isso.

No âmbito da saúde, a legislação específica do Sistema Único de Saúde – SUS – define que os consórcios intermunicipais podem integrar o Sistema. A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990), ao dispor sobre a organização, direção e gestão do Sistema, trata dos consórcios municipais. Assim é o que dispõe o artigo 10: “os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver, em conjunto, as ações e os serviços de saúde que lhe correspondam”. No parágrafo 1º desse mesmo artigo, preceitua, no entanto, que “aplica-se aos consórcios administrativos intermunicipais o princípio de direção única e os respectivos atos constitutivos disporão sobre sua observância”. No artigo 18, inciso III, por sua vez, expressa ainda a competência municipal para “formar consórcios administrativos intermunicipais”.

A Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, explicita também a participação dos municípios em consórcios. O artigo 3º, parágrafo 3º, define que “os municípios poderão estabelecer consórcios para execução de ações e serviços de saúde, remanejando, entre si, parcelas de recursos.”.

Em Minas Gerais, dos 853 municípios, atualmente 84% da população mineira está vinculada a algum CIS, representando uma população de aproximadamente 21 milhões de habitantes assistidos pelos 75 Consórcios Intermunicipais de Saúde – CIS – ativos, sendo 65 consórcios generalistas e 10 consórcios temáticos – SAMU.

Os CIS Generalistas (65) objetivam a prestação de serviços assistenciais nas regiões de saúde, sobretudo a realização de procedimentos de média complexidade ambulatorial (consultas e exames). Desses, 55 possuem personalidade jurídica Público de Direito Público e 01 Público de Direito Privado, ambos adequados à Lei Federal nº 11.107/2005.

No que respeita a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – tem-se uma associação em que, além de pais e amigos dos excepcionais, toda a comunidade se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem-estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência. A instituição oferece educação especial e estrutura para tratamento de deficientes físicos e intelectuais.

As APAEs tem como principal missão prestar serviços de assistência social no que se diz respeito a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência, conscientizando cada vez mais a sociedade. Além disso, promove e articula ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representa o movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários.

Assim, verifica-se que cenário gerador da Lei Complementar Federal nº 197/2022, da Lei Complementar nº 171/2023 está presente na realidade dos hospitais filantrópicos, das APAES e nos consórcios públicos, razão pela qual importante estender a possibilidade de transferência.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres colegas na aprovação deste projeto de lei complementar.

– Publicado, vai o projeto à Comissão de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 192, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

**PROJETO DE LEI Nº 620/2023**

Dispõe sobre a adoção da seletividade tributária para o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica a administração estadual obrigada a adotar a seletividade tributária na fixação de alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – para operação ou prestação de bens e serviços.

Parágrafo único – O critério de essencialidade deve permear toda a base imponible.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de abril de 2023.

Eduardo Azevedo (PSC)

**Justificação:** Sabe-se a legislação tributária prevê, no seu espectro constitucional, limitações ao poder de tributar. Ao mesmo tempo, para além da perspectiva garantista, a Carta Magna adotou uma perspectiva em que o espectro tributária assume um viés de instrumento de justiça fiscal, de justiça substantiva.

Exemplo disso é o princípio da seletividade, afeto à função da essencialidade do produto, mercadoria, tomado como grandeza econômica tributável. A seletividade é comando normativo que se aplica ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS –, conforme comando do art. 150, II, e art. 155, § 2º, III, da Constituição Federal.

Lado outro, é de conhecimento amplo que o Supremo Tribunal Federal, por meio do exame de lide, correspondente ao Tema nº 0745, com apreciação em sede de repercussão geral (RE nº 714.139/SC), sedimentou que a sistemática da seletividade no ICMS, quando adotada, deve permear toda a base imponible.

Nas palavras da ementa “quando adotada a seletividade, há necessidade de se observar o critério da essencialidade e de se ponderarem as características intrínsecas do bem ou do serviço com outros elementos” (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 714.139/SC. Relator: Min Marco Aurélio, Relator para o Acórdão: Dias Toffoli. Repercussão Geral. DJe-049, publicação em: 15 mar. 2022).

Não obstante, o Estado de Minas Gerais parece não cumprir a Constituição, conforme o Tema nº 0745.

Para exemplificar, em consulta ao RICMS de 2002, nos termos da Parte Geral (art. 42, inciso I), cumulados com os termos do Anexo XV (Parte 9 de 13, tabela de nº “20. Produtos de Perfumaria e de Higiene Pessoal e Cosméticos (4123)”, ou de 2023 (Anexo VII, item 20.15, 20.16 e 28.9 e 28.10), verifica-se que, salvo melhor juízo, o regulamento não cumpre o comando constitucional da seletividade tributária – “preparações solares e antissolares (NCM 3304.99.90)”.

Isto é, salvo melhor juízo, existe uma aplicação de alíquota de 25%, a maior possível, com uma margem de valor agregado de 32,24%.

Para se ter noção da essencialidade das preparações antissolares e dos bronzeadores (3304.99.90), com contornos de saúde pública, de forma simples e evidente é possível citar que, segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia, os casos de câncer de pele correspondem à 33% de todos os diagnósticos da doença.

Assim, solicito o apoio dos nobres pares para aprovação deste projeto.

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Eduardo Azevedo. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 554/2023, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 811/2023

Declara de utilidade pública a Associação Pro Melhoramento da Comunidade de Santa Cruz de Datas, com sede no Município de Datas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Pro Melhoramento da Comunidade de Santa Cruz de Datas, com sede no Município de Datas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 26 de maio de 2023.

Alencar da Silveira Jr., 2º-secretário (PDT).

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

#### PROJETO DE LEI Nº 814/2023

Reconhece como de relevante interesse cultural e ambiental do Estado as retomadas de terras indígenas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Ficam reconhecidas como de relevante interesse cultural e ambiental do Estado as retomadas de terras indígenas.

Art. 2º – O reconhecimento de que trata esta Lei tem por objetivo valorizar, promover e difundir as retomadas de terras indígenas como:

I – bens, manifestações e expressões culturais que contêm referências à identidade, à ação e à memória dos povos indígenas como um dos diferentes grupos formadores da sociedade mineira;

II – prática que contribui para a concretização da função socioambiental da posse e da propriedade da terra, bem como do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, que deve ser defendido e preservado pelo Poder Público e pela coletividade para as presentes e futuras gerações;

III – elevar a autoestima das comunidades e da sociedade mineira e seu apreço pelos bens culturais e ambientais de seu território, bem como pela necessidade de reparação histórica em razão das violações de direitos dos povos originários.

Art. 3º – As retomadas de terras indígenas, reconhecidas como de relevante interesse cultural e ambiental, nos termos desta lei, poderão ser objeto de proteção pelo Estado, por meio de procedimentos administrativos de iniciativa dos órgãos competentes para a execução da política de patrimônio cultural e ambiental, conforme legislação pertinente.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2023.

Bella Gonçalves

**Justificação:** Em um contexto de formação nacional marcada pela invasão e dominação estrangeira e pelas violações de direitos dos povos originários e da Terra, as retomadas se apresentam como instrumento de luta dos povos indígenas. Nas palavras de

Karai Tiago dos Santos, liderança Guarani Mbya da TI Tenondé Porã, “elas podem ser vistas assim por outros olhares”, uma vez que “para nós, é o que garante nossa continuidade”, assim como explicita que “Não é que se diga 'vamos retomar para mostrar para o governo' ou 'vamos retomar porque senão vamos perder território'. Para os povos indígenas, retomadas são muito além disso. É o que a gente precisa para continuar em pé nesse mundo”. Afirma ainda que a decisão de retomar não acontece no plano mundano: “Os espíritos dos nossos ancestrais nos guiam. A retomada é feita nessa busca. É muito difícil compreendê-la, mas nós que somos indígenas conseguimos entendê-la perfeitamente”, pois, conforme afirma, “é uma reconexão. Com os espíritos da mata e da natureza, com o sentido da nossa vida para nós mesmos e para nosso mundo”. Também conforme o cacique Babau, da TI Tupinambá de Olivença, “vemos a retomada como uma oração”, como “um ritual de recuperar não só a terra, mas a nossa existência. Não nos referimos só ao território, mas a tomar na mão a vida que foi tirada” (BRASIL DE FATO, Retomadas em todo o país: indígenas ocupam suas terras ancestrais, ainda que sob ataque, 14/11/2021).

Além de toda a relevância história e cultural, as retomadas também cumprem um papel fundamental na preservação ambiental. Um levantamento feito pela organização MapBiomias com base em imagens de satélites e em inteligência artificial mostra que, entre 1985 e 2020, as áreas mais preservadas do Brasil foram as terras indígenas – tanto as já demarcadas quanto as que ainda esperam por demarcação, sendo que, nesses territórios, o desmatamento e a perda de floresta foi de apenas 1,6% no período de 35 anos, número infinitamente menor do que nas demais áreas (O GLOBO, Terras indígenas são as áreas mais preservadas do Brasil nos últimos 35 anos, mostra levantamento, 27/8/2021).

Resta evidente, portanto, a relevância cultural e ambiental das retomadas indígenas. Destaca-se, por fim, que a presente proposição é decorrente dos debates da audiência pública realizada em 26/5/2023, pela Comissão de Participação Popular, com a finalidade de debater a participação dos povos indígenas da Região Metropolitana de Belo Horizonte nas políticas públicas de efetivação de seus direitos (RQC nº 1.317/2023). Assim, apresenta-se o presente Projeto de Lei, contando com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Cultura para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## REQUERIMENTOS

Nº 1.809/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que requer seja o Projeto de Lei nº 554/2023, de sua autoria, desanexado do Projeto de Lei nº 1.766/2015, do deputado Ulysses Gomes, por não guardarem semelhança entre si.

Nº 1.975/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal – MPF –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para cobrarem a realização de exames médicos nas populações atingidas pelo rompimento da barragem de Brumadinho na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, em virtude da semelhança com o caso ocorrido na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, conforme a Lei nº 23.795, de 2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências, enquanto não for alcançada a reparação integral dos atingidos.

Nº 1.977/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Instituto de Pesquisa Lataci, em Belo Horizonte, pedido de providências para que sejam esclarecidos o período de análise e a finalidade do estudo de pertinência das assessorias técnicas independentes das pessoas atingidas na Bacia do Rio Paraopeba e no Lago Três Marias, tendo em vista o contexto de desmobilização das equipes das referidas assessorias técnicas e o anúncio do corte de seus orçamentos pelas instituições de justiça.

Nº 1.980/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público de Minas Gerais e à Defensoria Pública de Minas Gerais pedido de providências para que seja interrompido o

estudo de pertinência sobre as assessorias técnicas independentes, por demanda dos atingidos, na audiência pública que começa com a pergunta “o que é ser atingido?”, executado pela Lataci – Coordenação Metodológica e Finalística.

Nº 1.981/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público Federal – MPF –, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – e à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – pedido de providências para que seja dado prosseguimento às atividades das assessorias técnicas independentes (Guaicuy, Aedas e Nacab), considerando os riscos à saúde pública causados pela contaminação por metais pesados como cádmio, chumbo e zinco, que provocam câncer e aborto em animais e humanos, conforme apontam estudos realizados pela Universidade Federal de Ouro Preto, e de acordo com a Lei nº 23.795, de 2021, que institui a Política Estadual dos Atingidos por Barragens – Peab – e dá outras providências, enquanto não for alcançada a reparação integral dos atingidos.

Nº 1.983/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao superintendente de Desenvolvimento da Capital, vinculado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, pedido de informações sobre o projeto de construção de uma grande bacia de contenção de águas pluviais nas imediações dos Bairros Estoril, Estrela Dalva e Havaí, em Belo Horizonte, especificando, tendo em vista que a referida obra poderá atingir o Córrego Cercadinho, área de preservação ambiental, bem como a horta do projeto Cemar-Estoril, os critérios locacionais do projeto; a viabilidade técnica da obra quanto aos objetivos almejados; as possíveis alternativas para redução dos danos socioambientais da obra; qual o plano de obras e intervenções previsto pela Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – para essa região; e qual a previsão de medidas a serem tomadas em relação às famílias atingidas pelas últimas chuvas, ao longo do Córrego Cercadinho.

Nº 1.987/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor do Departamento de Trânsito do Estado de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre o emplacamento de veículos de locadoras no Estado, especificando se seguem os mesmos procedimentos dos veículos comuns ou se possuem um tratamento diferenciado; onde é feito o licenciamento e o emplacamento, como é feito e quais os custos; e se as locadoras precisam agendar o licenciamento e levam carro ao Detran-MG para serem licenciados. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.989/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao procurador-geral de justiça, à defensora pública-geral do Estado e à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os danos ocorridos e eventualmente reparados nas Bacias Hidrográficas do Rio Paraopeba e do Alto São Francisco. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 1.990/2023, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG –, ao Ministério Público Federal – MPF – em Belo Horizonte, ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, à Defensoria Pública de Minas Gerais – DPMG – e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE-MG – pedido de providências para que o valor global do acordo judicial quantificado em R\$37.689.767.329,00, que visa reparar os danos decorrentes do rompimento das barragens da Vale S.A. em Brumadinho, seja submetido à análise do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, a fim de que seja apresentada a execução orçamentária desse aporte, de acordo com o que foi pactuado, além dos valores que já foram destinados aos municípios.

Nº 1.994/2023, da deputada Macaé Evaristo, em que requer seja encaminhado à Superintendência de Desenvolvimento da Capital – Sudecap – pedido de informações sobre as obras de recapeamento e instalação da rede de drenagem pluvial nas Ruas da Represa e Zilda Gama, no Bairro Havaí, tendo em vista que nessas ruas existe área de preservação PA-1, nos termos da Lei Municipal nº 11.181, de 2019, com nascentes que as perpassam, e considerando a existência de planos de intervenção do Sub-Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Arrudas. (– À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 2.001/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com Sr. Aloísio Rodrigues Pereira pelo destaque e dedicação ao empreendedorismo gastronômico na região do

Município de Santana dos Montes, gerando emprego e renda para a população local. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 2.002/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Cervejaria Loba pelos 10 anos de atuação no mercado gastronômico mineiro. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 2.003/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Escola Preparatória de Cadetes do Ar – Epcar – pelos 74 anos de sua constituição, comemorados em 21 de maio. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 2.004/2023, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja formulado voto de congratulações com os pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais que estão entre os finalistas do Prêmio Euro Inovação na Saúde, pelo desenvolvimento de duas vacinas: uma contra a covid-19 e outra para o tratamento de dependência de cocaína e “crack”. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.005/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Pr. Carlos Roberto Lopes e com a Irmã Ivani Castro Lopes, respectivamente, pela passagem do 62º e do 56º aniversário. (– À Comissão de Cultura.)

Nº 2.006/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – pedido de providências para construir uma passarela de pedestres sobre a Rodovia BR-381, na região do Distrito de Ravena, no Município de Sabará, especificamente no Chacreamento Fateiro, onde, segundo relatos, já ocorreram atropelamentos, com uma criança vindo a óbito. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.007/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para aumentar o quadro de horários dos coletivos que realizam o transporte público na região do Distrito de Ravena, no Município de Sabará, especificamente no Chacreamento Fateiro, uma vez que, segundo relatos, os horários atuais ainda são os praticados na época da pandemia, ou seja, com intervalos de duas em duas horas. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 2.008/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para realizar a troca dos transformadores da rede elétrica do Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena, no Município de Sabará, haja vista que, segundo relatos de moradores, a rede elétrica da região não resiste a chuvas ou ventanias. (– À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 2.009/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para implementação de rede de água e esgoto no Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena, no Município de Sabará. (– À Comissão de Saúde.)

Nº 2.010/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará, à Promotoria de Justiça da Comarca de Sabará e à Defensoria Pública de Minas Gerais em Sabará pedido de providências para priorizar a regularização fundiária do Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena, no Município de Sabará. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 2.011/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências com vistas a instalar unidades de coleta de lixo nos entroncamentos existentes na Alameda Circular, no Distrito de Ravena, para atendimento dos residentes do Chacreamento Fateiro, bem como a promover campanha de conscientização da população para realizar o descarte do lixo de forma correta. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.012/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para realizar a manutenção das manilhas do Córrego Antônio João, também conhecido como Córrego do

Fateiro, que foram severamente danificadas pelas chuvas de dezembro de 2021, que atingiram o Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.013/2023, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Sabará pedido de providências para proceder à revitalização completa da entrada do Chacreamento Fateiro, no Distrito de Ravena, haja vista que a entrada da comunidade é, atualmente, um lixão, bem como para realizar a instalação de placa indicativa da entrada do referido chacreamento. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 2.017/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado, à secretária de Estado de Planejamento e Gestão e ao secretário de Estado de Educação pedido de informações sobre o andamento de procedimento de composição no âmbito da Câmara de Prevenção e Resolução Administrativa de Conflitos – Cprac –, desse órgão, envolvendo a Resolução SEE nº 4.257, de 6 de janeiro de 2020, e seu impacto na vida funcional de inúmeros servidores em designação para a função docente. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 2.025/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para que sejam adotadas as medidas necessárias para ampliação do número de contratações de assistentes sociais e psicólogos para atuação na rede estadual de ensino, de modo a cumprir o disposto na Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. (– À Comissão de Educação.)

Nº 2.026/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para que apure o descumprimento, pela Secretaria de Estado de Educação, da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica, tendo em vista a informação de que a pasta conta com apenas 230 equipes multidisciplinares, formadas por um psicólogo e um assistente social, para atender a 3.300 escolas distribuídas nos 853 municípios mineiros. (– À Comissão de Educação.)

Nº 2.027/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Maria do Carmo Gomes, diretora da Escola Municipal Santos Dumont, pelos 26 anos de dedicação e de compromisso com a educação pública de qualidade, no desempenho de suas atribuições no referido estabelecimento de ensino. (– À Comissão de Educação.)

Nº 2.046/2023, do deputado Arlen Santiago, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao chanceler Mauro Vieira, ao senador Rodrigo Pacheco e ao deputado Federal Arthur Lira pela agressão desferida aos jornalistas brasileiros pela equipe de seguranças do ditador venezuelano Maduro, especialmente à repórter da Rede Globo Delis Ortiz, com a proibição da vinda e permanência de Maduro em terras brasileiras, em decorrência da citada agressão. (– À Comissão de Direitos Humanos.)

### **REQUERIMENTO Nº 2.028/2023**

– O Requerimento nº 2.028/2023 foi publicado na edição anterior.

#### **Comunicações**

– São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Saúde (2), de Transporte (2), de Segurança Pública (3), de Administração Pública (3), de Esporte (2), da Pessoa com Deficiência, de Prevenção e Combate às Drogas, de Fiscalização Financeira, de Educação (2), dos Direitos da Mulher (2), de Minas e Energia (3), de Direitos Humanos, de Defesa do Consumidor (2), de Meio Ambiente (2), de Cultura, de Assuntos Municipais, de Agropecuária (2), do Trabalho, de Participação Popular e de Desenvolvimento Econômico e das Comissões Extraordinárias de Proteção aos Animais, de Acompanhamento do Acordo de Mariana e de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer.

### Registro de Presença

O presidente – A presidência registra a presença, nas galerias, de alunos do 3º ano do ensino médio do Cefet-MG campus Contagem. Sejam muito bem-vindos a esta Casa Legislativa. Sejam sempre muito bem-vindos. Registro, ainda, a presença do vereador Alexandre Braz, da cidade de Frutal. Seja muito bem-vindo a esta Casa.

### Oradores Inscritos

O deputado Antonio Carlos Arantes – Cumprimento o Sr. presidente, deputado Noraldino, os demais nobres colegas desta Casa, os telespectadores da TV Assembleia. Amanhã também é mais um dia importante aqui, na Assembleia, porque estaremos novamente – acontece toda primeira quinta-feira do mês – com a nossa Feira da Agricultura Familiar. Pessoal, não se esqueça: amanhã, a feira começa às 8 horas da manhã, no saguão e também na parte baixa da praça, onde realizaremos mais uma feira, que, agora, tem um calendário fixo. Foi um sucesso a primeira feira que fizemos. Nós já fazíamos nos outros anos, mas ela era anual, e agora é mensal esse nosso calendário. E, se Deus quiser, no futuro, vamos transformá-la, espero, em semanal. Foi um sucesso! Até as 3 horas, 4 horas da tarde, praticamente já não havia mais nada para ser vendido. Nossos feirantes estavam com queijos, com doces, com muitas coisas boas, graças a Deus, marcando esse espaço tão importantes para os produtores.

Inclusive, amanhã, nessa parceria com o deputado Coronel Henrique, nós vamos falar também... Será uma parte grande em que vão expor os derivados do leite, o nosso queijo, não é, Coronel? Então, se Deus quiser, amanhã...

Eu vou lhe conceder um aparte rápido. Depois, vou ter que entrar numa outra área. Concedo aparte ao deputado Coronel Henrique.

O deputado Coronel Henrique (em aparte) – Muito obrigado, deputado Antonio Carlos Arantes. Reforçando o pedido de V. Exa., convidando... E amanhã é uma data especial porque é dia 1º de junho, Dia Internacional do Leite. Aproveitaremos a Feira de Agricultura Familiar da Emater, que irá priorizar aqueles produtos lácteos da agricultura familiar. Também convido todos para uma audiência pública que iremos realizar na Comissão de Agropecuária e Agroindústria, às 15 horas, com o tema “Beba mais leite”, um incentivo à produção leiteira, um incentivo ao consumo neste nosso estado, Minas Gerais, que é a maior bacia leiteira do País, sempre fazendo valer a sua qualidade e a sua produtividade leiteira.

Então, reforçando, parabeno V. Exa. pela iniciativa pioneira, desde muito tempo, de trazer para a Casa a Feira de Agricultura Familiar. E, amanhã, no Dia Mundial do Leite, beba mais leite. Fica o convite para que todos possam comparecer à audiência pública, às 15 horas, quando lançaremos também a frente parlamentar em apoio ao produtor de leite no Estado de Minas Gerais. Muito obrigado. Devolvo-lhe a palavra.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Muito obrigado, deputado Coronel Henrique.

Então, reforçando, mais uma vez, a nossa feira começa amanhã, novamente, às 8 horas da manhã e, se Deus quiser, será um sucesso. Esperamos todos vocês! Eu gostaria, inclusive, de estar presente durante a feira, mas, amanhã, também nós estaremos na cidade de Araguari, junto com o governador Romeu Zema e com o nosso deputado estadual de lá, o Raul, que é o nosso presidente da Comissão de Agropecuária e Agroindústria. Lançaremos também, na cidade de Araguari, a abertura da colheita do café em Minas Gerais e no Brasil. Então é um importante momento também da nossa cafeicultura, do nosso agro e do nosso produtor rural, esse produtor de café que faz a diferença no Estado e no mundo, porque a metade do café produzido no Brasil é produzido em Minas Gerais. Se fôssemos um país, seríamos o 1º, ou seja, se o Estado de Minas Gerais fosse um país, seria o 1º ou, às vezes, até o 2º. Mais de 30 milhões de sacas de café são produzidas pelos nossos mineiros. Então vai ser em Araguari a abertura desse importante evento da colheita do café em Minas Gerais; e, no ano que vem, lá no nosso Sul de Minas. Nós estaremos lá junto com vários parlamentares também e com toda a representatividade da cadeia do café em Minas Gerais e no Brasil.

Eu gostaria também aqui de manifestar a nossa ligação muito próxima com o Sicoob Central Crediminas. A Crediminas tem aí uma história com diretorias importantes que fizeram um brilhante trabalho – o Eli Penido, o Alfeu Silva Mendes, o Alberto e o Geraldo, da cidade de Guaxupé. E, agora, o presidente do Sicoob-Credicaf é o João Batista Bartoli de Noronha. Lá também há uma diretoria importante, que é o Carlos Maurício Mascarenhas Mota, o Célio Machado de Castro, o Erivelton Laudimar de Oliveira, o Francisco Costa Júnior, o Leonardo Lima Diogo – da nossa São Sebastião do Paraíso – e também o Luciano de Oliveira Cunha, o Reginaldo Dias Machado, o Tiago Augusto Pereira Basílio; e, na diretoria executiva, esse grande amigo Elson Rocha Justino, o Jesus Ferreira de Carvalho e o Wagner Luiz da Silva. Quando se fala em cooperativismo de crédito, é um sucesso no Brasil e até no mundo. Mas, no Brasil, realmente, tem feito a diferença.

O Sicoob Central Crediminas é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de 72 cooperativas de crédito filiadas, formando o Sicoob Sistema Crediminas, que compõe, ao lado de outras 13 cooperativas centrais, com suas singulares e seus postos de atendimento no Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil, o Sicoob.

Desde 1988, o Sicoob Central Crediminas atua com foco em efetuar descentralização financeira, a fiscalização e o assessoramento nas áreas de crédito, economia, tecnologia da informação, contabilidade, comunicação e marketing, controle e gestão de riscos, assessoria jurídica e captação profissional para atender as suas cooperativas filiadas. As cooperativas filiadas ao Sicoob Central Crediminas têm origem no agronegócio e apoiam o produtor rural mineiro em suas diferentes necessidades financeiras e é a 2ª maior repassadora de crédito rural do Estado de Minas Gerais, com cerca de 20% do mercado. Mas não significa que ela esteja atuando diretamente só no agro, não, porque, hoje, ela é de livre admissão. Qualquer pessoa pode ser uma associada da Crediminas, do Sicoob. Os cooperativismos de crédito, realmente, têm feito uma diferença muito grande. Há uma gama de muitos associados que não são até ligados ao agro. Há também os patrocínios, como o Megaleite, a exposição do Mangalarga Marchador, o Made in Minas Gerais, a Freira Aproxima, a Semana Internacional do Café, o Campeonato Mineiro de Futebol, entre outros.

O Sicoob Sistema Crediminas em números de março de 2023: 72 cooperativas singulares filiadas; 803 agências; 1.209.891 cooperados. São 1.209.891 cooperados! São R\$38.622.000.000,00 de ativo total – em bilhões. É dinheiro com força! Também R\$5.689.000.000,00 de patrimônio líquido; R\$20.800.000.000,00 de depósitos; mais de R\$21.000.000.000,00 de operação de crédito; e um resultado financeiro de mais de R\$1.018.000.000,00. Ou seja, é um sistema que realmente funciona e que se profissionalizou muito.

No dia 21 de junho, o Sicoob Central Crediminas completa 35 anos de sua fundação – parabéns à Crediminas pelos seus 35 anos – e celebra uma trajetória de promoção da inclusão financeira e de desenvolvimento das comunidades onde está presente.

A rede de atendimento possui 72 cooperativas singulares, 803 pontos de atendimentos e agências, 184 localizados em municípios assistidos apenas pelo Sicoob Sistema Crediminas. O Sistema Crediminas leva justiça financeira e prosperidade às famílias mineiras.

Bem-vindos, alunos! Principalmente quando se fala de Cefet, porque aluno do Cefet normalmente sai muito preparado para o mercado de trabalho. Hoje, um dos grandes problemas do Brasil são os jovens que se formam e não têm nenhuma oportunidade de emprego, porque cada dia diminuem os números de atividades no Brasil e no mundo. No Cefet, normalmente, o pessoal já sai com uma oportunidade. Eu tiro o chapéu para vocês. Parabéns!

O Sicoob Sistema Crediminas tem cerca de 10.085 empregados, desenvolvendo profissionalmente os mineiros, gerando renda aos empregados e aos municípios mineiros.

Em 2022, o Sicoob Sistema Crediminas atingiu R\$4.479.000,00 de ganho social, acrescidos das sobras, valor médio de economia do cooperado por realizar operações financeiras Sicoob Sistema Crediminas. A média de economia por cooperado foi de R\$4.480,00, dinheiro revertido para o consumo das famílias e aplicação nos negócios.

Nacionalmente, o Sicoob foi a instituição financeira que mais possibilitou o crédito a pequenos negócios durante a pandemia, segundo pesquisa do Sebrae e da Fundação Getúlio Vargas.

Na pandemia, o Sicoob Sistema Crediminas foi responsável pelo repasse de R\$19.600.000.000,00 para salvar os negócios, salvar os empregos, em crédito para os pequenos negócios.

Na pandemia, o Sicoob Sistema Crediminas também doou mais de R\$2.200.000,00 para unidades de saúde, instituições socioassistenciais e famílias em situação de vulnerabilidade social.

O Instituto Sicoob atua fortemente para levar educação financeira às comunidades. Nos três últimos anos, foram 3.344 ações de educação financeira voltadas para crianças, adolescentes e adultos, beneficiando 1.286.000 pessoas, no Estado de Minas Gerais. Então, parabéns ao nosso Sicoob Crediminas.

Para encerrar, falei só de coisas positivas, agora concedo aparte ao deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Obrigado, deputado Antônio Carlos Arantes. Quero cumprimentar V. Exa., o presidente e todos aqueles que estão acompanhando a reunião.

Deputado, eu pedi um aparte na fala de V. Exa. para dizer que o amor venceu. Eu quero que o pessoal da comunicação foque bem aqui, no amor que venceu (– Mostra cartaz.) Venceu o amor, venceu a democracia! A gente viu uma cena absurda de uma jornalista agredida por um segurança do ditador Nicolás Maduro. Certamente o presidente Lula vai dizer que é mais uma narrativa. Sabe por que o segurança se sentiu tranquilo em agredir uma jornalista? Porque isso, na Venezuela, é normal. Isso, na Venezuela, é qualquer dia da semana. Lá eles prendem os jornalistas que se opõem ao governo. Eles colocam tanques de guerra contra a população que se manifesta, eles matam a tiros os que ousam se manifestar contra essa ditadura sanguinária e genocida do ditador Nicolás Maduro.

A gente se lembra de que, na campanha, o TSE democraticamente proibiu associarmos Lula a Maduro, proibiu associarmos Lula a Ortega. E agora, em menos de seis meses de governo, está aqui o ditador sendo recebido com todas as honras de chefe de Estado. Eu queria saber onde está o Sindicato dos Jornalistas; eu queria saber onde estão as feministas, as deputadas feministas desta Casa, que tanto dizem defender as mulheres, para condenar a ação do ditador comunista. Cadê o “mexeu com uma, mexeu com todas”? Cadê o pessoal que espumava e sempre tinha alguma coisa a dizer quando o presidente Bolsonaro dava uma resposta mais ríspida a um jornalista, para dizer que era uma agressão a jornalistas, que dizia ser um absurdo, o ápice da agressão contra a imprensa, quando o Bolsonaro chamava uma jornalista de origem nipo-brasileira de japonesa, como se fosse uma ofensa ser oriundo do Japão? Cadê essa turma para condenar a agressão praticada pelo segurança do amiguinho do Lula contra uma jornalista? Agora esse pessoal se cala, e se cala porque sempre apoiou esse tipo de conduta, e infelizmente não tem vergonha nenhuma em apoiar. Então, infelizmente, deputado Antonio Carlos Arantes, eu estou começando a achar que não foi o amor que venceu não; o que venceu foi a hipocrisia.

O deputado Antonio Carlos Arantes – Obrigado, deputado Bruno Engler. Fazendo coro às suas palavras, deputado Bruno Engler, lá na roça, quando a gente vê um fato tão absurdo como esse, sempre dizemos o seguinte: é o fim da picada. Temos que fechar para balanço. O Brasil está na hora de fechar para balanço e começar do zero, porque o que nós vimos ontem, o ditador da Venezuela, que mata milhares de pessoas, que expulsa pessoas de seu país... Inclusive nós temos funcionários na nossa empresa que são venezuelanos. Eles eram da classe média alta na Venezuela, e chegaram aqui passando muita dificuldade, chegaram através da igreja. Então é muito triste ver o Brasil receber um ditador, o Brasil que gosta de falar de democracia, mas recebe um ditador com honras militares. Ver os nossos militares batendo continência para um ditador é o fim da picada. Temos que fechar para balanço e começar tudo de novo. Muito obrigado.

O presidente – Muito obrigado, deputado Antonio Carlos Arantes. Parabenizo-lhe por suas últimas colocações e pela sua utilização da tribuna. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Eduardo Azevedo.

O deputado Eduardo Azevedo – Boa tarde, Sr. Presidente. É um prazer estar aqui mais uma vez nesta tribuna. Eu vou começar fazendo coro com as palavras do Coronel Sandro durante encaminhamento aqui, nesta manhã, bem como do deputado que me antecedeu aqui, o deputado Bruno Engler. Nós estamos vendo o poste mijar no cachorro. A inversão de valores no Brasil é extrema. O Brasil teve a tristeza de, nesta semana, receber o ditador venezuelano Nicolás Maduro. O mais interessante, que nos chama a atenção, é que o Bruno falou aqui que, na época da campanha, o TSE nos proibiu de vincular Lula a Maduro. Mas as máscaras começam a cair muito antes de completar o primeiro semestre deste desgoverno, que mais uma vez está destruindo o Brasil. E Nicolás Maduro vem ao Brasil, um ditador assassino, procurado, e é recebido com honras militares. Lula é tão cara de pau que chega até a ser sem-vergonha ao dizer o seguinte: “Não, gente. Isso é simplesmente narrativa”.

É narrativa, mas eu gosto muito de trabalhar com os números, porque os números não mentem. Então vamos ver se realmente é narrativa!

Levanto aqui, gente, um dado muito importante, de que a vinda desse ditador ao Brasil foi repudiada até por presidentes sul-americanos que são de esquerda. Lula, você é um tremendo cara de pau! Não existem narrativas. Será que, contra esses números que eu vou apresentar, realmente existem narrativas? “Estados Unidos oferecem recompensa de US\$15.000.000,00 por Nicolás Maduro, pelos crimes de narcotráfico e terrorismo internacional de corrupção”; “Serviço secreto da Venezuela comete crimes contra a humanidade para reprimir oposição”, afirma o relatório da ONU; “Blindado da Guarda Nacional da Venezuela atropela manifestantes”. Lá você não pode se opor ao governo. O governo ditador manda os tanques de guerra para a rua, e, se você fizer a manifestação contra esse governo, ele passa com tanque de guerra por cima da população. E não para por aí! “Venezuela: 96,2% da população vive na pobreza; 79,3%, em situação de extrema pobreza; 7 milhões de venezuelanos deixaram o país”. Então, seu cara de pau, Lula, isso aqui são narrativas ou são fatos que você não consegue esconder?

Mas o que mais nos chama a atenção é a tamanha hipocrisia que acontece. Como todos nós sabemos e como foi falado aqui, anteriormente, pelo deputado Bruno Engler e falado pelo Coronel Sandro, no período da manhã, a segurança do GSI, juntamente com a segurança do ditador, agrediram uma jornalista. Mas cadê os movimentos feministas? Cadê as deputadas feministas que falam “mexeu com uma mexeu com todas”? Estão caladas. Se não fosse o Coronel Sandro para usar essa tribuna aqui e escancarar essa pouca-vergonha, teriam continuado caladas.

Sinta o nosso amor, a nossa democracia! Quando o Bruno Engler falou que o amor venceu, o amor não venceu; a hipocrisia venceu; o amor venceu há 2 mil anos, quando Jesus deu a vida por nós. Fora isso aqui, não existe amor; existe hipocrisia. Se não fosse a coragem do Coronel Sandro, nesta manhã, de escancarar a hipocrisia, ninguém, mas ninguém teria levantado a voz para repudiar esse ato de agressão conta uma jornalista brasileira na visita do ditador Nicolás Maduro ao nosso país. É tamanha a hipocrisia! Mas eu imagino como teria sido se fosse do outro lado, se fosse pelas palavras, como o presidente Bolsonaro falava, ou se fosse durante o governo do presidente Bolsonaro. Aí eles já teriam feito uma grande manifestação; já teriam parado o país; já teriam parado tudo. Mas, não, eles não têm coragem de fazer isso. Sabem por quê? É porque é simplesmente um movimento hipócrita.

Deixe-me continuar falando aqui, agora, a respeito de um tema muito importante, porque amanhã, dia 1º de junho, é aniversário de Divinópolis. Divinópolis é a cidade onde eu nasci; Divinópolis é a cidade onde eu cresci e tive a oportunidade também de poder criar os meus filhos. Nós sonhamos, cada vez mais, com uma Divinópolis melhor, com um estado melhor e com um país melhor. Então quero parabenizar a cidade de Divinópolis pelos seus 111 anos de história.

Mas eu venho falar aqui que têm acontecido certas situações, dentro do cenário político de Divinópolis, que têm nos preocupado e deixado a população muito triste. Na última semana, o grupo de investigação especial do Ministério Público, Gaeco, mais precisamente na quinta-feira, fez busca e apreensão na casa de dois vereadores da Câmara Municipal de Divinópolis. Esses vereadores são suspeitos de um esquema de corrupção para mudança de zoneamento dentro da cidade.

Divinópolis parou no tempo; Divinópolis não cresce; Divinópolis está estagnada. Mas por que Divinópolis parou no tempo? Desde quando o prefeito da cidade, o meu irmão Gleidson Azevedo, assumiu o compromisso com a cidade, ele assumiu o compromisso de desburocratizar Divinópolis, de começar a fazer com que a cidade voltasse a andar. Vários prefeitos passaram por ali e fizeram a sua história, mas o Gleidson tem feito a sua história dentro da cidade!

E o Gleidson foi procurado por alguns empresários que se sentiram ameaçados, que se sentiram pressionados por essa máfia. Sabem por quê? Porque, para poder aprovar qualquer mudança de zoneamento dentro da cidade, tinham que pagar propina aos vereadores. E o Gleidson, frente a esse absurdo, frente a essa denúncia, começou, sim, a constituir provas para poder entregar ao Ministério Público e acabar de quebrar essa máfia que travava a cidade.

Desde que o Gleidson entrou para o governo da cidade, ele protocolou na câmara municipal a lei que muda o uso e a ocupação do solo, bem como está trabalhando pelo código de obras. Mas existe uma resistência tão grande em aprovar essa lei de uso e ocupação do solo que, na época, eu era ainda vereador. Faz mais de dois anos, eu estou falando, mais de dois anos que essa nova lei de uso e ocupação do solo está engavetada na câmara municipal. Não mostram boa vontade alguma em aprovar isso, sabem por quê? Porque, quando essa lei de uso e ocupação do solo, nessa nova versão, for aprovada, Divinópolis vai começar a crescer. Não vão mais precisar passar pela câmara municipal as mudanças de zoneamento, e assim não vão receber a propina. Mas não, para quem a corrupção favorece, é mais fácil engavetar a lei que vai desenvolver a cidade e continuar extorquindo os empresários, continuar cobrando propina de empresário para poder mudar o zoneamento. Aí eu pergunto: qual é o empresário que vai querer investir numa cidade dessa? Nunca isso vai acontecer.

O prefeito, preocupado com o desenvolvimento da cidade, constitui prova contra esse esquema mafioso, entrega as provas para o Ministério Público. São seis meses de investigação, quando a corda arrebenta para o lado desses vereadores. O Ministério Público, automaticamente, institui o Gaeco, e o Gaeco faz busca e apreensão, afasta um vereador e afasta o presidente da câmara da sua função como presidente porque existem fortes indícios ali. E depois eles vão para a rede social, vão para a imprensa para se vitimizar e para poder falar que o meu irmão não poderia ter feito isso. Agora, o prefeito iria prevaricar? Vendo que existe um esquema de corrupção, de extorsão dentro do município, ele vai ficar calado? Ele fez muito mais do que a sua obrigação; ele foi para cima do sistema, coisa que os demais prefeitos que o antecederam não tiveram coragem de fazer. E o pior de tudo: quanto a política divinopolitana tem sido podre, suja, imunda! Logo após, passado isso, sabem o que eles fizeram? Protocolaram um pretenso pedido de impeachment do meu irmão, que foi votado ontem. Mas sabem por que eles protocolaram esse pedido de impeachment na câmara municipal? Porque eles querem calar o prefeito que bate contra o sistema. É impressionante quando você se levanta contra o sistema.

Hoje, eu estou aqui para poder parabenizar os vereadores da câmara municipal, que agiram de forma coerente e votaram contra esse impeachment politiqueiro. Então, eu quero dizer para vocês aí dessa turma da velha política que está manchando a cidade de Divinópolis: acabou! Acabou! O Ministério Público, o Judiciário são instituições sérias, e vocês estão querendo tirar a credibilidade do trabalho deles falando que houve intervenção política? Não houve intervenção política em momento algum. Respeitem a atuação do Gaeco, respeitem a atuação dos promotores, sabem por quê? A batata de vocês está assando. A casa de vocês caiu. Acabou. E eu parabenizo os oito vereadores que, ontem, votaram pelo arquivamento desse processo político para poder tentar calar um prefeito que se levantou contra a corrupção.

Então, amanhã, a população de Divinópolis... A cidade completa 111 anos de história, e, nesses 111 anos de história, eu convido vocês a se posicionarem do lado certo, do lado de um prefeito que é honesto, do lado de um prefeito que não tem nada a temer. Se existe uma coisa que meu pai ensinou para mim, que sou o filho mais velho, para o Cleitinho e para o Gleidson, que são gêmeos, é ser honesto, é ser honesto! Vocês nunca, nunca vão nos ver em escândalo de corrupção. Vocês podem nos chamar de Tik Tok, de barulhentos, de *youtubers* e do que vocês quiserem, mas se há uma coisa que nós não vamos fazer é decepcionar a população

de Divinópolis, a população de Minas Gerais. Sabem por quê? Porque nós temos princípios, nós temos valores e nós vamos combater essa corrupção.

Amanhã vai haver desfile em Divinópolis. Amanhã vai ser comemoração do aniversário da cidade, e eu conclamo todo divinopolitano que fique do lado certo da verdade, que se posicione contra a corrupção. Tentaram cassar um prefeito que se levantou contra a corrupção; tentaram cassar um prefeito que bateu de frente com o sistema que vem extorquindo os empresários há mais de 30 anos. Acabou.

E eu não quero ser injusto aqui, neste momento, e deixar de parabenizar e tornar públicos os vereadores que votaram contra esse processo político. Parabéns, vereadores Diego Espino, Anderson da Academia, Roger Viegas, Josafá Anderson, Periquito Beleza, Ney Burger, Ana Paula do Quintino e Wesley Jarbas pelo dia em que o divinopolitano teve orgulho de ter votado em vocês, porque vocês se levantaram contra o sistema.

E eu vou falar aqui para a turma dessa máfia e para a turma desse sistema: para vocês poderem continuar explorando Divinópolis, continuar extorquindo empresários, travando o desenvolvimento da cidade, vocês terão que passar por cima da gente, porque nós entramos aqui para fazer a diferença e honrar os votos que tivemos.

O presidente (deputado Antonio Carlos Arantes) – Muito obrigado, deputado Eduardo Azevedo. Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Coronel Henrique.

O deputado Coronel Henrique – Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo mineiro, boa tarde. Prezado deputado Arlen Santiago, V. Exa. abriu este dia, neste Plenário, com uma questão de ordem que trouxe um fato ocorrido ontem, em Brasília, quando um profissional brasileiro foi agredido fisicamente por um integrante de uma comitiva de segurança internacional. Muito se falou aqui sobre esse soco no peito de um jornalista, no caso, uma mulher jornalista. Mas muito mais do que esse soco no peito, na calada da noite, anteontem, o Brasil, que não permitia a entrada de um ditador no nosso território, recebeu, com honras de chefe de estado, um ditador venezuelano. Isso é um verdadeiro soco na cara do povo brasileiro! Esse soco dói em todos nós, dói em todos nós que estamos nesta Casa do povo, nesta Casa das leis e nesta Casa da democracia.

Temos números, não são narrativas. Ontem, em um infeliz discurso frente a outros chefes de estado, o presidente da República disse que a ditadura na Venezuela era uma simples narrativa. Foi de pronto contestado pelo presidente do Uruguai e pelo presidente do Chile. No território brasileiro, contestaram essa falácia produzida pelo nosso chefe do Executivo. Nós temos números impressionantes. Nós temos, no Brasil, há mais de um ano, coordenada pelo Exército Brasileiro, a Operação Acolhida, que acontece lá, em Pacaraima, no Estado de Roraima, e que já recebeu mais de 400 mil venezuelanos no nosso território, população que foge da fome, população que foge da ditadura. E qual não é a nossa surpresa quando, nos últimos quatro anos, do último governo federal, ouvimos constantemente o presidente Jair Bolsonaro ser acusado de genocida, ser acusado de ditador, ser acusado de ameaçar a relação institucional entre os Poderes. E o presidente sempre agiu dentro das quatro linhas da Constituição.

O atual presidente dá demonstrações muito claras de que irá repetir as práticas que já executou quando esteve no poder, financiando ditaduras na América Latina, financiando ditaduras na África. Este gesto, eu repito aqui, foi um soco na cara da população brasileira: receber Nicolás Maduro, sucessor do seu antigo amigo Chaves, com a proposta da criação da Pátria Grande sul-americana, com uma proposta de socialismo sul-americano.

Isso está completamente explícito. A população e as instituições devem estar de olhos abertos. Nosso deputado Antonio Carlos Arantes usou aqui uma expressão: “Isso é o fim da picada”. Isso é muito mais do que o fim da picada, isso se prenuncia como o início de diversas outras ações que estão em curso. Só não enxerga quem não quer. Às vezes, nós dizemos que o pior cego é aquele que não quer ver.

No simbolismo de uma agressão a um profissional, nós tivemos contextualizada a gravidade dessa atitude do governo federal. É muito grave quando imaginamos que, com muito pouco tempo de governo, quando o Executivo ainda não disse a que veio,

quando o presidente demonstra que está completamente perdido, sem base no Congresso Nacional, fazendo viagens constantemente, tentando justificar uma aproximação internacional e dando verdadeiros vexames em outros países... Nós sabemos muito bem da importância das boas relações diplomáticas, nós sabemos que, neste mundo de hoje, ninguém vive sozinho, ninguém comercializa sozinho, ninguém traz desenvolvimento para o seu país sem boas parcerias comerciais. Mas eu digo “boas parcerias comerciais”. Nós temos a Venezuela com uma dívida de R\$6.000.000.000,00, R\$6.000.000.000,00 com o Estado brasileiro. No mínimo, como um caloteiro contumaz, o presidente da Venezuela não deveria ser recebido. Mas foi recebido. Nós temos demonstrações anteriores de ações do governo federal do atual presidente, financiando ditadura cubana em detrimento do trabalho de médicos, que eram obrigados a doar 90% do seu salário para financiamento da ditadura cubana.

Bons ventos não se avizinham do nosso país. Essas atitudes só demonstram que nós, que estamos vigilantes; nós, que estamos fazendo um papel de representar o povo de Minas Gerais nesta Casa, não podemos calar a nossa voz. Resta-nos esse instrumento da voz para que o povo de Minas Gerais saiba que estamos aqui, sim, vigilantes em todas as áreas, seja nas relações internacionais, seja especialmente numa área que é muito afeita ao meu mandato, que são as questões da nossa agropecuária. Nós temos visto constantemente, em ações desse atual desgoverno, ataques frequentes ao produtor rural, ataques constantes ao nosso agronegócio. Por quê? Pelo simples fato de o produtor rural, do agronegócio, ter se mostrado um apoiador, um simpatizante, um defensor das causas do candidato que foi derrotado na eleição presidencial.

O nosso presidente da República de plantão deveria descer do palanque, deveria unir o Brasil, deveria evitar polêmicas como aquela de ontem. Quando o ditador subiu a rampa do Palácio do Planalto, claramente o presidente da República procurava tripudiar, com aquelas imagens, daqueles que ele derrotou na eleição presidencial. A campanha acabou. O momento é daqueles que mais precisam da ação do Estado.

Estamos vendo, no Congresso Nacional, que o Congresso não está dando vida fácil a esse Executivo central. Ontem, deputado Antonio Carlos Arantes, V. Exa. acompanhou, como defensor que é do agronegócio, tivemos uma conquista histórica, que foi a aprovação do marco temporal, que limita e determina regras muito claras para a demarcação de terras indígenas. Isso é a defesa da propriedade privada. Pelas regras anteriormente expostas ou pela oposição que a esquerda desejava, qualquer terra poderia ser ameaçada por um laudo antropológico falso que indicaria que, há 200, 300, 400 anos, houve ali uma aldeia indígena. E nós sabemos que isso é muito difícil de se controlar quando o governo federal tem uma pauta ideológica nesse sentido.

Então, ontem, numa conquista da Frente Parlamentar da Agropecuária do Congresso Nacional, nós garantimos a segurança jurídica para o produtor rural. Isso também se aplica para a questão nas zonas urbanas. Nós não podemos permitir que discursos ideológicos e falsas práticas políticas ataquem aquele que deseja produzir. Para cada cinco pratos de comida produzidos no mundo hoje, um prato de comida é produzido no Brasil, é produzido por aquele que não tem sábado, não tem domingo, não tem feriado, que é o nosso produtor rural. O produtor rural é um só, nós iremos sempre olhar para aqueles que mais precisam da agricultura familiar, mas todos os produtores rurais enfrentam as mesmas agruras, enfrentam a falta de chuva, enfrentam o excesso de sol, enfrentam pragas na agricultura. E esse homem, que hoje dá o sustentáculo a nossa balança comercial e que também coloca comida de qualidade em quantidade suficiente na mesa do brasileiro, jamais poderá ser utilizado como massa de manobra para ser atacado por um governo que ataca essa parcela da sociedade, pelo simples fato de não ter tido dela o apoio nas urnas. A democracia é isso. Fechadas as urnas, vamos partir pensando no povo, pensando nas melhores práticas para que a nossa população não seja prejudicada.

Eu busco sempre o caminho do diálogo, o caminho do consenso. Nós tivemos uma vitória do povo mineiro hoje nesta Casa com a manutenção da Fundação Educacional Caio Martins. A Fucam possui, na sua origem, um simbolismo todo próprio quando, em 1948, um militar, com toda a sua formação baseada nos princípios e nos valores da disciplina, do patriotismo, do respeito à família, junto com a sua esposa, Profa. Márcia, criaram lá, na fazenda da Polícia Militar, na época, em Esmeraldas, a Granja Caio Martins, o primeiro núcleo que levou para lá crianças em vulnerabilidade social para serem educadas, pautadas nos princípios da disciplina, da

hierarquia, do respeito a Deus, respeito à Pátria e respeito à família. Hoje, 75 anos depois, a Casa do povo de Minas Gerais garante a manutenção do CNPJ, garante a presença da sua organização, do seu patrimônio. E o Cel. Almeida, certamente hoje, onde estiver, está orgulhoso das ações desse Parlamento mineiro, do qual o Cel. Almeida foi integrante também como deputado estadual. E sabendo que Caio Martins, patrono dos escoteiros do Brasil, contextualiza na sua figura, a figura de um jovem, a figura de um adolescente que, usando o seu uniforme de escoteiro, deu a sua própria vida para socorrer outros durante um acidente ferroviário.

Sr. Presidente, eu já comunico a V. Exa. que entrei com um projeto de lei. No próximo dia 13 de julho, Caio Martins completaria 100 anos. Em 13/7/1923 foi o nascimento de Caio Martins e, em virtude do seu centenário, apresento um projeto de lei para a criação da medalha Caio Martins, afim de que possamos marcar essa vitória da Assembleia Legislativa de Minas Gerais nessa data marcante em que se comemora 100 anos do nascimento desse jovem, que empresta a essa fundação o seu nome. Esse jovem também está presente no panteão dos heróis da Pátria pelos seus exemplos de bravura demonstrados quando perdeu a sua vida.

Portanto, levo já à apreciação dessa Mesa diretora para que possamos aprovar em tempo esse projeto de lei, a fim de que possa ser regulamentado pelo governador do Estado e que a medalha Caio Martins, a partir do centenário do nascimento desse jovem, possa simbolizar e possa ser entregue a todos aqueles que cultuam uma educação cívica de qualidade, que cultuam os valores da nossa pátria.

É muito importante que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais tenha preservado em nosso território a Fundação Caio Martins, que tem como lema: Deus, Pátria, Família e Liberdade. Muito obrigado. Devolvo a palavra.

O deputado Arlen Santiago – Mineiros e mineiras, deputadas e deputados, estamos aqui hoje vivendo um dia bastante complicado. Foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, cujo presidente é o deputado Alexandre Barbosa, uma moção de repúdio pela visita do ditador, genocida, que compactua com prisão de opositores, que quer calar a boca das pessoas e que, como dizem alguns, mastiga até a língua dos opositores.

Nicolás Maduro realmente já colocou mais de 400 mil venezuelanos para sair de lá na pobreza total. O Exército Brasileiro teve de montar uma estrutura para receber os irmãos venezuelanos porque o povo, às vezes, não tem culpa, é enganado por pessoas que assumem o governo com a vontade de apoiar ditadores e de ser ditadores. Nicolás Maduro é um ditador, genocida, assassino, que compactua com estupros, inclusive uma juíza que se opôs a ele, conforme está no *site* Terrabrasilis. Essa juíza foi presa, estuprada e já teve alguns abortos na cadeia. É essa turma que vem aqui para que a esquerda brasileira, para que o mandatário do País passe pano para que ele possa passar e vir aqui. Qual o motivo da vinda do Nicolás Maduro? Provavelmente para poder organizar o calote que vai aumentar na questão da Venezuela.

Também hoje ouvi uma nova opção de financiamento dessas ditaduras e de países que já não pagam ao Brasil empréstimos antigos. Iria ser emprestado um dinheiro pela China para esses países, com o aval dos brasileiros para que a gente, então, venha a pagar, deputado Arantes, os empréstimos que a Argentina vai tomar e outras coisas mais. Além disso, em terra brasileira, a gente vê uma mulher, chamada Délis Ortiz, jornalista de muitos anos, que conhece os meandros do poder, ser atacada pelas pessoas da comitiva desse ditador Nicolás Maduro, agredida fisicamente. Gente, realmente, os absurdos estão aí. Uma comitiva de um ditador, assassino, que está fazendo o seu povo sofrer, vir aqui e atacar uma mulher jornalista!

Entre com requerimento aqui hoje para que possamos fazer essa moção de repúdio e simplesmente as pessoas que quiserem votar vão votar para defender Délis Ortiz; outras não vão querer votar, porque a defesa é seletiva. Mesmo nesta Casa vimos uma deputada que realmente foi questionada na questão do seu mandato. E, enquanto ela se defendia, nós não vimos a Casa, como um todo, lutar para poder defender o mandato dela. Mas, felizmente, ela soube ser valente, em cima dos seus 21 anos de idade, e ganhou em todas as instâncias da Justiça, preservando o seu mandato. E, com certeza, agora vai fazer um grande mandato nesta Casa, a deputada Chiara Biondini.

Vou falar aqui a respeito do dia 1º de junho, em que vários, vários municípios estarão comemorando seu aniversário. Um deles é a cidade de Pirapora, aonde estarei indo agora à noite, para amanhã cedo participar do hasteamento da bandeira de um desfile da população junto com o prefeito Alex César e a vice-prefeita Anamaria Burle, para comemorar a quantidade infindável de muitas obras que estão sendo feitas naquela cidade. Muitas ruas estão sendo asfaltadas, postos de saúde sendo terminados. A cidade voltou a ser um canteiro de obras. É um canteiro de obras. Uma coisa interessante é que é uma prefeitura que faz as coisas com honestidade.

Além disso, nós estamos vendo a construção de uma tão sonhada oncologia lá, naquela cidade, no hospital da cidade. Esse hospital está recebendo uma quantidade grande de equipamentos, enviados a nosso pedido e a pedido de outros deputados, que o governador Zema está atendendo. Mas, amanhã, o prefeito e a população podem comemorar um pouco mais, porque o governador Zema depositou, na segunda-feira, R\$2.738.000,00 para serem usados na compra de ônibus, de vans, para a questão do transporte escolar. Também já estão sendo colocados à disposição da prefeitura quase R\$5.000.000,00. Os projetos estão sendo analisados para a construção de uma nova escola estadual, que tem muita necessidade. Vai ser feita uma parceria entre o governo do Estado, através do Romeu Zema, o secretário de Educação Igor Alvarenga e a prefeitura, que será responsável pela licitação e pela construção dessa grande obra. A questão da oncologia já teve recursos de emendas mandados por nós, com a participação intensa da prefeitura. Agora também temos a perspectiva de mais R\$2.000.000,00 para essa oncologia; R\$1.000.000,00 que poderá ser mandado pelo senador Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso; e também mais R\$1.000.000,00 pelo senador Carlos Viana.

Estamos vendo aí que, com o governo do Zema, muitas cidades estão tendo uma quantidade enorme de obras. Inclusive agora a Copasa vai assumir várias outras obras. A Copasa que estava aí, há muitos e muitos anos, sem cumprir com os seus objetivos, tem tido uma nova postura. Ela ficou, por exemplo, 10 anos, sem cumprir a água de Bom Jesus da Vereda, lá, em Ibiaí. Nós tivemos que entrar no Ministério Público. Depois do Ministério Público, nós, então, conseguimos que a Copasa terminasse essa obra. Agora o governador Zema está lançando um programa de atendimento de muitas comunidades que precisam de água de boa qualidade, com mais de R\$298.000.000,00. Com esses R\$298.000.000,00, 130 cidades estão sendo atendidas, e mais de 330 comunidades.

Então nós estamos vendo que Minas Gerais, que chegou à beira do caos há alguns anos, com pagamentos atrasados, sem comprar até merenda escolar, agora vai colocando paulatinamente as contas em dia. Foram muitos bilhões de reais da questão da saúde para as prefeituras e para os hospitais. E também nós estamos vendo a questão do governador Zema, que, com todas essas contas para pagar, coloca agora um aumento de quase 12,9% para o pessoal da educação. Com isso, o piso salarial em Minas Gerais será pago para o pessoal da educação. Muitos questionamentos: “Podia ser mais, podia ser mais...”. Podia, mas pode ser mais, e também não pagar, como era no tempo do Pimentel.

Essa questão do que o governador Zema tem feito tem impactado muitos municípios, e uma questão extremamente relevante é a da geração de emprego e renda. Lá, na cidade de Salinas mesmo, onde o nosso prefeito Kinca tem feito um brilhante trabalho: junto com o governador Zema, está construindo muitas escolas, muitas creches, melhorando o transporte escolar; a qualidade da educação tem tido um substancial crescimento. Além disso tudo, nós estamos vendo o nosso prefeito Kinca numa parceria com a Fiemg. Agora está preparando, na área de costura, a possibilidade de geração de 500 a 600 empregos diretos. Está aguardando só a questão de liberação do terreno para a construção, e grandes empresas, então, fazerem a contratação de pessoas para fazer costura, e gerar renda e emprego.

Mas, além disso, o governador Zema, o secretário de Governo, Igor Eto, o vice-governador Mateus, o Fernando Passalio, também em Nova York, conseguiram empresas que vão lá explorar os nossos minérios, e gerar renda e gerar emprego. Então uma empresa que vai olhar e retirar o lítio de debaixo da terra vai investir R\$600.000.000,00 em Salinas, assim como a Sigma já está investindo na região de Araçuai e também na região de Itinga. Então são muitos empregos que serão gerados, e nós agora vamos trabalhar duro com o governador Zema para que a gente possa, além dessa extração mineral, também avançar em aproveitar uma parte desse lítio lá, na nossa querida região do Norte de Minas, na divisa principalmente com a questão do Vale do Jequitinhonha.

Além disso, nós estamos também negociando o projeto, com o governador Zema – ele já mandou fazer, e ficou pronto –, da possibilidade de restauração da MG-496, que vai compor a rota do silício. Minas Gerais é um grande produtor de silício; e Pirapora e Várzea da Palma são grandes produtores e passam por essa estrada. Essa estrada também exporta muita fruta e é atração de muitas empresas. Hoje está se vivendo uma possibilidade de praticamente pleno emprego na cidade de Várzea da Palma, com energia solar, com a questão da Rotavi ter voltado a funcionar e estar pagando quase R\$60.000.000,00 de débitos trabalhistas, de quando a empresa quebrou e fechou. E também gerando ICMS e gerando novos empregos – mais de 300 empregos –, e agora se preparando para colocar o terceiro forno em atividade e gerar mais quase 400 empregos diretos e muitos indiretos. Além da questão da energia solar, que realmente tem tomado conta de Minas Gerais, que hoje já é o maior produtor de energia solar do Brasil, principalmente as cidades de Pirapora e Várzea da Palma. Vai também chegar a Lassance, Janaúba, Capitão Eneas e tantas outras cidades.

Então, encerro aqui a minha fala, agradecendo o trabalho sério que está sendo feito pela equipe do nosso governador Zema e também do vice-governador Mateus. Quero parabenizar a grande maioria dos secretários, o secretário Ígor Eto, com quem esta Assembleia tem o maior relacionamento e que entende as agruras dos prefeitos, dos municípios. Eles levam as questões ao governador Zema, e, dentro das nossas possibilidades, ele vai fazer esse entendimento.

Estamos agora preparando um requerimento para mandar para o ministro da Fazenda, o Haddad. Já que ele repactua a longo prazo, sem pagamento, a questão do ditador Nicolás Maduro, que ele também faça uma boa proposta para rolar a dívida de Minas e consiga colocar juros menores, que sejam possíveis de serem pagos pelo Estado, sem fazer com que esta Minas Gerais se assemelhe à Venezuela, com desemprego e com o sofrimento do nosso povo. Obrigado, Arantes.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

### **1ª Fase**

#### **Abertura de Inscrições**

O presidente – Não havendo outros oradores inscritos, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

#### **Decisão da Presidência**

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 321/2023, do deputado Alencar da Silveira Jr., ao Projeto de Lei nº 3.583/2016, do deputado Léo Portela, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 31 de maio de 2023.

Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário, no exercício da presidência.

#### **Decisão da Presidência**

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Projeto de Lei nº 677/2023, do deputado Professor Cleiton, ao Projeto de Lei nº 810/2023, do governador do Estado, por guardarem semelhança entre si e por tratarem de matéria de iniciativa privativa do governador do Estado.

Mesa da Assembleia, 31 de maio de 2023.

Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário, no exercício da presidência.

#### **Palavras do Presidente**

A presidência informa ao Plenário que o Projeto de Lei nº 729/2023, do governador do Estado, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2024, foi publicado no *Diário do Legislativo* do dia

20 de maio de 2023. A presidência informa, ainda, que o prazo de 20 dias para apresentação de emendas ao projeto na Comissão de Fiscalização Financeira teve início no dia 23 de maio de 2023 e será encerrado no dia 12 de junho de 2023.

### Comunicação da Presidência

A presidência informa que foram aprovados, conclusivamente, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos n<sup>os</sup> 1.837 a 1.841, 1.845 a 1.851 e 1.855/2023, da Comissão de Saúde, 1.856/2023, da Comissão de Fiscalização Financeira, 1.859 e 1.861/2023, da Comissão de Transporte, 1.865 e 1.882 a 1.884/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, 1.888 a 1.890, 1.894, 1.896 a 1.898, 1.900 a 1.902 e 1.996 a 1.999/2023, da Comissão de Segurança Pública, 1.904 a 1.908 e 1.910 a 1.913/2023, da Comissão de Educação, 1.914, 1.944, 1.945, 1.949 a 1.952, 1.954, 1.956, 1.957, 1.959 a 1.962, 1.964, 1.965 e 1.969/2023, da Comissão de Direitos Humanos, 1.915 e 1.917/2023, da Comissão de Meio Ambiente, 1.919, 1.920 e 1.923/2023, da Comissão de Cultura, 1.972/2023, da Comissão de Agropecuária, e 1.975, 1.977 a 1.981, 1.983 a 1.986, 1.990 e 1.991/2023, da Comissão de Administração Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência das seguintes comunicações:

a Comissão de Saúde informa que, na 7<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada em 10/5/2023, foi aprovado o Projeto de Lei n<sup>o</sup> 3.806/2022, do deputado Arnaldo Silva;

a Comissão de Transporte informa que, na 10<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2023, foram aprovados os Requerimentos n<sup>os</sup> 1.448/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, 1.472/2023, do deputado Delegado Christiano Xavier, 1.522/2023, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, 1.568/2023, da Comissão de Administração Pública, 1.618 e 1.619/2023, do deputado Duarte Bechir, 1.661/2023, do deputado Enes Cândido, e 1.714, 1.715 e 1.721 a 1.724/2023, da Comissão de Agropecuária;

a Comissão de Segurança Pública informa que, na 10<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada em 30/5/2023, foi aprovado o Requerimento n<sup>o</sup> 1.817/2023, da deputada Ana Paula Siqueira;

a Comissão de Administração Pública informa que, na 10<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2023, foram aprovados os Requerimentos n<sup>os</sup> 1.427/2023, da Comissão de Agropecuária, 1.451 e 1.452/2023, da Comissão de Segurança Pública, e 1.514/2023, da Comissão de Participação Popular; e que, na 18<sup>a</sup> Reunião Extraordinária, realizada em 30/5/2023, foi aprovado o Requerimento n<sup>o</sup> 1.673/2023, da Comissão do Trabalho;

a Comissão de Esporte informa que, na 3<sup>a</sup> Reunião Extraordinária, realizada em 23/5/2023, foram aprovados o Projeto de Lei n<sup>o</sup> 3.889/2022, do deputado Cassio Soares, e os Requerimentos n<sup>os</sup> 1.579/2023, do deputado Leonídio Bouças, e 1.614/2023, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia;

a Comissão de Educação informa que, na 11<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada em 24/5/2023, foram aprovados os Requerimentos n<sup>os</sup> 966, 1.073 e 1.527/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, 1.367/2023, da Comissão de Direitos Humanos, 1.411/2023, do deputado Eduardo Azevedo, e 1.511/2023, do deputado Raul Belém;

a Comissão dos Direitos da Mulher informa que, na 9<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada em 23/5/2023, foram aprovados os Requerimentos n<sup>os</sup> 1.381 com a Emenda n<sup>o</sup> 1, 1.383 e 1.386/2023, da Comissão de Participação Popular, e 1.465/2023, da deputada Ana Paula Siqueira;

a Comissão de Minas e Energia informa que, na 8<sup>a</sup> Reunião Ordinária, realizada em 24/5/2023, foi aprovado o Requerimento n<sup>o</sup> 1.666/2023, do deputado Enes Cândido;

a Comissão de Direitos Humanos informa que, na 9ª Reunião Ordinária, realizada em 24/5/2023, foram aprovados os Requerimentos nºs 1.493/2023, das deputadas Ana Paula Siqueira, Leninha, Andréia de Jesus e Macaé Evaristo, e 1.569 e 1.573/2023, da Comissão de Administração Pública;

a Comissão de Defesa do Consumidor informa que, na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 24/5/2023, foram aprovados os Requerimentos nºs 1.257 e 1.261/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, e 1.400, 1.402 e 1.406/2023, da Comissão de Direitos Humanos;

a Comissão de Meio Ambiente informa que, na 7ª Reunião Ordinária, realizada em 31/5/2023, foram aprovados os Requerimentos nºs 508/2023, do deputado Antonio Carlos Arantes, 892/2023, da Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana, 1.210, 1.212 a 1.214, 1.572 e 1.574/2023, da Comissão de Administração Pública, 1.259/2023, da Comissão de Assuntos Municipais, 1.541/2023, do deputado João Vítor Xavier, 1.561/2023, da Comissão Extraordinária de Proteção aos Animais, e 1.616/2023, da deputada Ana Paula Siqueira, e o Projeto de Lei nº 3.743/2022, do deputado Inácio Franco;

a Comissão de Cultura informa que, na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 24/5/2023, foram aprovados os Projetos de Lei nºs 934/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, 420/2023, do deputado Dr. Maurício, 3.678/2022, do deputado Professor Cleiton, e 4.020 e 4.033/2022, do deputado Glaycon Franco, e os Requerimentos nºs 1.496/2023, da deputada Alê Portela, e 1.528 e 1.535 a 1.539/2023, da deputada Ana Paula Siqueira; e

a Comissão de Agropecuária informa que, na 8ª Reunião Ordinária, realizada em 24/5/2023, foi aprovado o Requerimento nº 1.524/2023, da deputada Marli Ribeiro (Ciente. Publique-se.);

as Comissões de Administração Pública, de Agropecuária, de Assuntos Municipais, de Defesa do Consumidor, dos Direitos da Mulher, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Desenvolvimento Econômico, de Educação, de Esporte, de Fiscalização Financeira, Meio Ambiente, de Participação Popular, de Prevenção e Combate às Drogas, de Segurança Pública (2), do Trabalho e de Transporte informam os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão do governo estadual, nos termos do art. 54 da Constituição do Estado, e o tema a ser submetido a acompanhamento intensivo, por cada comissão, no âmbito do Projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação 2.783, de 27 de janeiro de 2022; e

as Comissões de Minas e Energia (2) e de Saúde e as Comissões Extraordinárias de Acompanhamento do Acordo de Mariana, de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer e de Proteção aos Animais informam os temas a serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão do governo estadual, nos termos do art. 54 da Constituição do Estado (Ciente. À Mesa da Assembleia.).

### **Despacho de Requerimentos**

– A seguir, o presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 1.974/2023, do deputado Fábio Avelar, em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 4.943/2018 (Arquive-se o projeto.); nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 1.831/2023, do deputado Thiago Cota, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 3.061/2021; nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 647/2023, da deputada Ana Paula Siqueira e outros, em que solicitam a convocação de reunião especial para homenagear o Instituto Galo, iniciativa com formato pioneiro no futebol brasileiro, pelo relevante trabalho em defesa do protagonismo das mulheres e combate à violência; e, nos termos do inciso XIII do art. 232, c/c o § 2º do art. 173, do Regimento Interno, o Requerimento nº 1.809/2023, do deputado Eduardo Azevedo, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 554/2023, de sua autoria, desanexado do Projeto de Lei nº 1.766/2015, do deputado Ulysses Gomes, por não guardarem semelhança entre si.

### Decisão da Presidência

A presidência, tendo em vista o deferimento nesta reunião do Requerimento nº 1.809/2023, solicitando a desanexação do Projeto de Lei nº 554/2023 do Projeto de Lei nº 1.766/2015, encaminha o Projeto de Lei nº 554/2023 às Comissões de Justiça, de Desenvolvimento Econômico e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

Mesa da Assembleia, 31 de maio de 2023.

Antonio Carlos Arantes, 1º-secretário, no exercício da presidência.

### Discussão e Votação de Pareceres

– A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.974 e 3.258/2021 e 359/2023.

### Votação de Requerimentos

– A votação do Requerimento nº 2.028/2023 foi publicada na edição anterior.

### Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 1º de junho, às 14 horas, com a ordem do dia a ser publicada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 17/5/2023**

Às 14h44min, comparecem à reunião os deputados Doorgal Andrada, Enes Cândido e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doorgal Andrada, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.287 e 2.289/2020, 2.491/2021, 3.550, 3.593, 3.755, 3.810, 3.964 e 4.025/2022, todos em turno único (relator: deputado Doorgal Andrada). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2023.

Zé Guilherme, presidente – Enes Cândido – Cássio Soares.

### **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 24/5/2023**

Às 10h8min, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira, Bim da Ambulância, Adriano Alvarenga e Bosco, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e a aprovar, no âmbito do Assembleia Fiscaliza, as ênfases para as reuniões do 1º ciclo de 2023 da Prestação de Contas do Governo e do tema específico para acompanhamento pela comissão no Tema em Foco. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.666/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o

recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 1.915/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – e autoridades, a qualidade do fornecimento de energia elétrica no Município de Caeté;

nº 2.227/2023, do deputado Gil Pereira, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Salinas, para debater com as lideranças locais, a pedido do presidente da Subseção OAB-MG de Salinas, os benefícios da reativação da Estrada de Ferro Bahia-Minas e a exploração do lítio para a região;

nº 2.234/2023, dos deputados Bim da Ambulância, Bosco e Gil Pereira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a expansão da rede de gasodutos em Minas Gerais;

nº 2.288/2023, dos deputados Gil Pereira, Bosco e Bim da Ambulância, em que requerem seja informado à Mesa da ALMG que o tema “Acompanhamento do plano de investimentos em infraestrutura elétrica pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig –” foi escolhido pela comissão para ser submetido a acompanhamento intensivo no âmbito do projeto Assembleia Fiscaliza – Tema em Foco, no biênio 2023-2024, nos termos da Deliberação nº 2.783, de 27/1/2022;

nº 2.305/2023, dos deputados Gil Pereira, Bosco e Bim da Ambulância, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, seja informado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o tema definido pela comissão para ser enfatizado na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Planejamento ambiental prévio à instalação da cadeia produtiva do lítio no Vale do Jequitinhonha por meio de avaliação ambiental estratégica ou zoneamento ecológico-econômico detalhado, como forma de induzir o desenvolvimento sustentável da região”;

nº 2.308/2023, dos deputados Gil Pereira, Bosco e Bim da Ambulância, em que requerem, nos termos do art. 4º da Deliberação da Mesa nº 2.705, de 2019, sejam informados ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico os temas definidos pela comissão para serem enfatizados na prestação de informações sobre a gestão relativa ao período de 1º/1 a 31/5/2023, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado: “Acompanhamento do plano de investimentos em infraestrutura elétrica pela Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig”; “Evolução da cadeia produtiva de energia fotovoltaica em Minas Gerais, com foco na atração de investimentos e efetiva instalação de empresas no Estado”; e “Desenvolvimento do segmento de Hidrogênio Verde – H2V – no Estado nos campos da tecnologia e da cadeia produtiva, além do acompanhamento da tramitação do Marco Regulatório Federal”.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2023.

Gil Pereira, presidente – Adriano Alvarenga – Mauro Tramonte.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e os deputados Coronel Sandro e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 2/6/2023, às 10 horas, ao Centro Educacional de

Juvenília – Ceju – em Juvenília, com a finalidade de ouvir a comunidade escolar sobre a importância da Fundação Educacional Caio Martins para a região.

Sala das Comissões, 1º de junho de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/5/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 1/6/2023, que exonerou Renata Maria Novaes Dornelas, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Adriano Alvarenga;

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 31/5/2023, que nomeou Luciano Maciel, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

exonerando Andrea Helena Amador Barbosa Alves, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

exonerando Gustavo Montes da Silva, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Geraldo Anselmo Roque, padrão VL-16, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Juliana Nasciutti Gontijo Corrêa, padrão VL-48, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Karen Junia do Prado Martins, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Vanessa Mesquita Santos, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Vilma de Carvalho Martins, padrão VL-41, 6 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria.

### TERMO DE CONTRATO Nº 23/2023

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação Sarah Vida. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### TERMO DE CONTRATO Nº 33/2023

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinha. Objeto: doação de bens declarados inservíveis. Vigência: 30 dias após a assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

### TERMO DE CONTRATO Nº 42/2023

Doadora: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Donatária: Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinha. Objeto: doação de bens móveis inservíveis. Vigência: 30 dias a partir da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, inciso II, alínea “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.